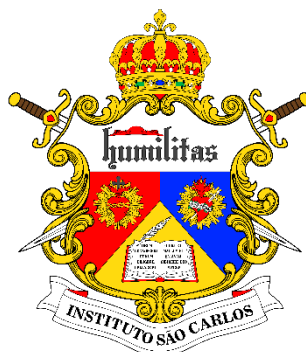

ENSINO FUNDAMENTAL – 9º ANO – HISTÓRIA VOLUME ÚNICO

Apostila do 9º ano do Ensino Fundamental, escrita pelo Instituto São Carlos Borromeu. O conteúdo é indicado para estudo individual domiciliar, apoio escolar ou como material didático escolar.





HISTÓRIA



AULA 01

ASCENSÃO E REGIMES TOTALITÁRIOS NA EUROPA

AS CARACTERÍSTICAS E A ASCENSÃO DO NAZISMO NA ALEMANHA: AS BASES DO NAZISMO



pós a derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial em 1918, um mito rondou todo o país, repetido tanto pela mídia quanto pelos líderes políticos e militares que governaram durante a guerra. Esse mito dizia de uma “apunhalada pelas costas” que os alemães teriam sofrido que os fizeram perder a guerra, querendo dizer que eles não perderam por derrotas em campo, mas por uma traição interna que os teria levado a aceitar o humilhante acordo proposto para o fim do conflito.



O mito da apunhalada nas costas

E quem era o responsável por essa traição? Depende da fonte que acusava. Ora diziam serem os judeus que negociavam com alemães e ingleses por igual; ora acusavam os comunistas russos que fizeram a Revolução com a ajuda alemã, mas não se aliaram aos Impérios Centrais (Tríplice Aliança) na Guerra; e outros acusavam os democratas que tinham influência americana e derrubaram a monarquia do país. E assim etnias e ideologias

se misturaram como sendo inimigas da Alemanha. E a confusão foi tamanha que ao ler sobre tais acusações não havia uma clara distinção entre judeus, eslavos e bolcheviques.

E com base nesse mito foi fundado o **Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães** em 1920, organizado por Anton Drexler, Gottfried Feder e, mais tarde, Adolf Hitler. O partido fora criado sobre uma base antisemita, antiliberal e anticomunista, visando glorificar o povo alemão com um nacionalismo exacerbado, cujos principais objetivos eram o de limpar a Alemanha daqueles que a traíram (segundo o arbítrio deles mesmos), livrar-se dos requerimentos humilhantes acordados no Tratado de Versalhes (1919) e unir o povo alemão que estava dividido entre diversas nações. O Partido Nazista também se apoiava na classe trabalhadora com promessas de melhoras nas condições de trabalho, mas sem excluir o papel dos burgueses para essa função.

A REPÚBLICA DE WEIMAR



Ebert in 1925

Com a queda do Kaiser Wilhelm II em 1918, o Império Alemão se desfaz e o sistema de governo que assume é a República Alemã. Proclamada na cidade de Weimar, o novo governo recebe o nome informal de República de Weimar. Em 1919, os alemães, inclusive as mulheres, votaram para decidir pelo Presidente da nova República, e o vitorioso foi Friedrich Ebert; mas controlar um país derrotado onde ideais extremos ganhavam espaço na cultura popular, não se mostraria fácil.

De um lado, o Comunismo iniciado na Rússia, com sua Revolução de 1917, conquista diversos adeptos na Alemanha ao exaltar a classe trabalhadora que se sentia desamparada com os ocorridos da guerra. Após tantos anos de conflitos, os trabalhadores que atuavam na front de batalha como soldados, já não sabiam mais o motivo do conflito, e ao verem a Rússia se retirando do combate e com promessas de emancipação da classe operária, não demorou para que intelectuais e trabalhadores alemães passassem a ver esperança e reconhecimento nesse movimento revolucionário.

Do outro lado, havia a agravada crise financeira. Derrotada e devendo uma quantia de doze dígitos em indenizações, o Marco (a moeda alemã) perdia seu valor rapidamente e a pobreza se espalhava por todos os cantos do país.

E esta crise financeira será um dos motivos que fará surgir um forte sentimento antisemita na República de Weimar. Eis o motivo:

A Alemanha recebeu uma imensa quantia de imigrantes judeus que fugiam da perseguição do czarismo russo entre o final de século XIX e início do século XX.

Detentores de um grande poder financeiro, os judeus na Alemanha se aproveitaram da crise pós Primeira Guerra para comprar boa parte da imprensa, dos imóveis e das casas de teatro e de cinema. O resultado foi uma grande parcela da economia e da cultura alemã dependente do dinheiro judeu, estes que compunham apenas 0,5% da população e que não partilhavam de uma mesma origem, costumes, religião e ideologia.

Rapidamente, diversas classes sociais alemãs se viram endividadas e dependentes dos empréstimos judaicos. Em um momento de extrema crise financeira, desemprego e fome, os alemães passaram a ver os judeus como quem usava da situação para lucrar. O antisemitismo, contudo, não era exclusivo da Alemanha. Na França grupos políticos e midiáticos se colocavam contrários à presença dos judeus em seu território, denunciando-os como um risco à cultura e à tradição vigente, pois bancavam seus próprios modelos políticos-ideológicos.

Hitler, através do partido nazista, fará discursos inflamados contra os liberais republicanos, os comunistas e os judeus, acusando-os como uma ameaça ao povo alemão, pois suas culturas não eram compatíveis com a cultura alemã. Num primeiro momento seus discursos violentos não eram levados a sério pela população e concorrentes políticos, que achavam que sua forma de falar e seus exageros fossem mera pose para conquistar votos emocionados.

No cenário político alemão do início da década de 1920, o Partido Democrata de Ebert está liderando na frente dos partidos nacionalista, socialista, comunista e católico. Os democratas tentavam uma renegociação da dívida externa enquanto posavam como mais moderados que as demais opções.

A renegociação da dívida acontece, mas o valor final, estipulado em 1921, continua na casa dos bilhões. Era algo impossível de ser pago para uma república falida. E os problemas estavam longe de terminar. O não pagamento das parcelas da dívida resultou na invasão francesa na região de Ruhr, no Oeste da Alemanha. O fracasso econômico dos democratas fez com que os partidos comunista e nacionalista ganhassem mais pontos nas intenções de voto.

Em 1922, a elite comunista na Alemanha realiza o improvável: um acordo com a União Soviética para que o Exército Vermelho dos russos treinasse os soldados alemães, já que o Tratado de Versalhes proibia a Alemanha de possuir tanques e aeronaves militares. O chamado Tratado de Rapallo enfureceu mais ainda os franceses e os ingleses, enquanto que os alemães não condizentes com os ideais comunistas teriam de pagar pela ousadia.

Ainda no mesmo ano, o Partido Socialista se une ao Partido Democrata e a oposição, para ganhar força, aceita uma união entre nacionalistas e nazistas. Hitler, com seus ataques diretos contra os comunistas e contra os judeus, ganhava maior destaque no âmbito popular.

Foram anos de intensa guerra entre liberais, nacionalistas e comunistas, que resultou em 400 assassinatos políticos registrados até o final de 1922. O braço armado dos nazistas

era a SA (Sturmabteilung), tropas de assalto que serviam tanto defender os nazistas quanto para acatar os inimigos-chaves da política opositora.

Em 1923, os nazistas tentam uma ação decisiva contra o governo alemão para tentar assumir o poder. Foi o “Putsch de Munique”, um golpe de estado fracassado tentado pelo Partido Nazista que termina num confronto com mortos e na prisão de Adolf Hitler.

Depois da tempestade a situação parecia acalmar. O resultado de uma constante negociação conquistou um acordo com a Inglaterra e com os Estados Unidos, que concordaram em diminuir o valor das parcelas da dívida e a retirada das tropas francesas de Ruhr. Após cinco anos, a Alemanha respirava e parecia que finalmente começaria a prosperar. Em 1925, Paul von Hindenburg foi eleito presidente da República de Weimar, e, mesmo não sendo um democrata, assumiu seu dever de manter a Constituição e a República.

A SOLUÇÃO IGNORADA

Após a Primeira Guerra, as ideologias lutavam na Alemanha cada uma com sua promessa ao povo de um mundo melhor. Seja através da liberdade de voto; da revolução dos trabalhadores; ou pela organização de um Estado forte que valorizasse sua história e etnia acima de todas as outras.



Papa Leão XIII

Mas havia um outro caminho que infelizmente não obteve seu devido destaque: o da Igreja Católica. Em 1891, o Papa Leão XIII escreveu a encíclica *Rerum Novarum* que atendia às necessidades dos operários e buscava resolver os conflitos entre capitalistas e comunistas, apontando os erros de ambos e não se alinhando com nenhum deles.

A própria Alemanha era a terra do Bispo Wilhelm Emmanuel von Ketteler, um dos pais da Doutrina Social da Igreja e apelidado de “Bispo dos operários”. E o que defendia a Igreja Católica? Primeiramente ela centralizava a responsabilidade na família e não no Estado, valorizando a religião cristã, sua moral e a tradição da Igreja, deixando claro que o governo é para os governados e não para si próprio. Para os operários ela defendia o direito às férias, redução da jornada de trabalho, maiores salários e contra

os abusos dos ricos em relação aos pobres, ao mesmo tempo que se colocava contra um levante violento dos pobres como uma solução para a situação.

Contudo, a própria história alemã dificultava sua aceitação do modelo católico. O país foi dividido ao meio, quanto à religião, pela Reforma Protestante de Lutero e muitos soldados, antes cristãos, perderam sua fé perante os horrores vividos na Grande Guerra. No fim, a apostasia do povo alemão, seja pela guerra, seja pelo avanço das ideologias anticristãs, fez com que preferissem as soluções extremas ao invés do auxílio da Igreja Católica.

A ASCENSÃO DE HITLER AO PODER



Fotografia colorida artificialmente de Hindenburg, outubro de 1927.

E se a Alemanha parecia ver uma luz no fim do túnel em 1928, no ano seguinte o mundo todo é abalado com a Quebra da Bolsa de Nova York. A Crise de 29 ruiu tudo que fora feito na Alemanha nos últimos anos, e com a nova crise, os partidos extremistas serão novamente preferidos pela população para ditar uma solução.

A volta dos conflitos nas ruas pelos partidos opositores e a crise financeira fez com que Hindenburg obtivesse poderes emergenciais para tentar controlar a situação alemã. Contudo as tentativas de deflação não garantem resultados imediatos e, sem escolhas, o Estado teve de conter os gastos. Em 1932, a Alemanha chegava aos seis milhões de desempregados, quase 10% da população, ao mesmo tempo que o governo anunciava a suspensão do seguro desemprego.

O Partido Comunista tinha seus adeptos na classe trabalhadora, mas não conseguia ir além disso, enquanto que o Partido Nazista, graças aos pronunciamentos de Hitler, solto desde dezembro de 1924, conseguia seguidores de todas as classes sociais que também culpavam os estrangeiros no território alemão como parte do problema.

Comunistas e nazistas tinham o objetivo de terminar com a democracia alemã e ambos lideravam nas intenções de voto. E como os nazistas tinham quase o dobro de votos que os comunistas, Hindenburg apontou Adolf Hitler como chanceler da Alemanha, acreditando que poderia controlá-lo de perto e que Hitler cederia a uma união com os partidos de centro para conseguir apoio político.

Apenas quatro semanas após a ascensão de Hitler ao cargo de chanceler, ocorre o Incêndio do Reichstag (a sede do Parlamento alemão em Berlim). O ato criminoso nunca teve seu incendiário descoberto e culpavam tanto os nazistas quanto os comunistas pelo

feito. E Hitler se aproveitou da situação. Culpando os comunistas e alegando que a Alemanha logo correria grave perigo, consolidou seu totalitarismo, concentrando os poderes políticos em suas mãos.



Hitler e membros do Partido Nazista em 1927

A violência dos nazistas contra seus opositores aumentou consideravelmente, enquanto a liberdade era abolida para que o suposto mal fosse contido. Com apoio dos nacionalistas e dos burgueses, Hitler obteve poder total, e Hindenburg não passava de uma figura simbólica. Em três meses, não havia mais na Alemanha um partido opositor aos nazistas, nem mais nenhum sindicato. E assim termina a curta República Alemã.



O Reichstag queimando enquanto os bombeiros tentam apagar o fogo.

ATIVIDADES

1. O antissemitismo, ou seja, a aversão ao povo da etnia judaica, foi uma das principais características do Partido Nazista Alemão. Dê abaixo um dos motivos justificados pelo partido para perseguir os judeus:

2. Quais as soluções propostas pela Igreja Católica para resolver os problemas da classe operária alemã?

3. Quais motivos enfraqueceram a influência da Igreja Católica na Alemanha?

4. Assinale abaixo quais fatores favoreceram a ascensão de Hitler ao poder:

() A crise econômica alemã.

() A união de Hitler com os partidos de centro.

() O incêndio do Reichstag.

() A promessa de melhorias na vida da classe trabalhadora.

() A aliança entre nacionalistas e comunistas

() O descontentamento do povo com a presença de estrangeiros no país.

5. Um dos motivos para o sucesso do Partido Nazista na Alemanha foi a Quebra da Bolsa de Nova York. Justifique esta afirmação.



AULA 06

Nesta aula veremos os efeitos e as consequências da Segunda Guerra Mundial.

DECISÕES PARA A BOMBA NUCLEAR



Harry Truman assumiu a presidência dos Estados Unidos da América no dia 12 de abril de 1945, durante os meses finais da Segunda Guerra e com uma questão complicadíssima a ser resolvida: o conflito com o Japão.

A batalha na ilha de Okinawa também começou no mês de abril, tendo seu término e vitória americana em junho. Nesses dois meses e meio, numa guerra fora da ilha principal nipônica, os resultados foram bem preocupantes: foram 12.000 americanos mortos, 36.000 feridos, 34 navios afundados e 368 danificados. Enquanto do lado japonês, o número de mortes excedeu os 100.000.

Para Truman, decidir sobre a guerra não seria nada fácil, e para isso alguns pontos foram levantados para analisar a situação.

1ª Opção: continuar o bombardeamento.

O bombardeamento aéreo sobre o Japão já tinha feito quase um milhão de mortos desde o início do conflito, e mesmo assim os líderes nipônicos recusavam qualquer forma de rendição. Continuar com os ataques aéreos causaria ainda mais mortes e já era considerado um dos feitos mais brutais da Segunda Guerra.

As bombas de napalm que eram utilizadas, são extremamente incendiárias e queimavam cidades e plantações inteiras, pois o principal material usado no campo japonês era a madeira. Os ataques matavam dezenas de milhares, ao mesmo tempo que deixavam milhões de desabrigados.

2ª Opção: optar por uma invasão terrestre.

Os ataques realizados nas ilhas menores já mostravam que os japoneses não desistiriam facilmente, e lutariam até a morte, o que aumentaria o número de fatalidades.

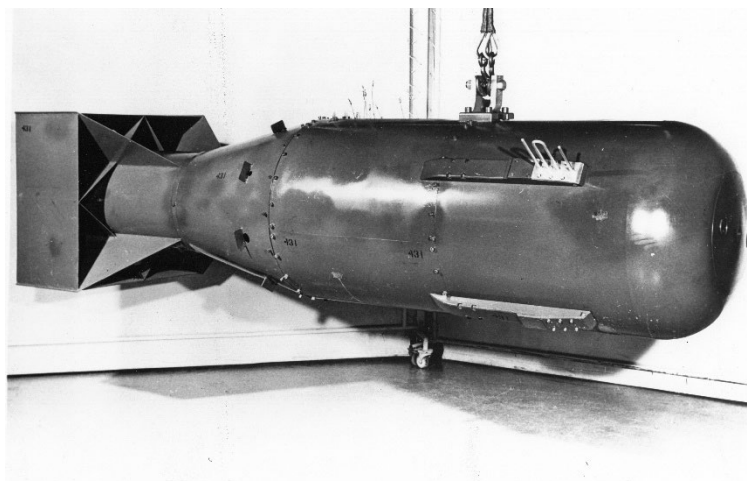
Truman apostava que o avanço na ilha principal japonesa causaria a resistência não somente dos militares, mas de toda a população, que lutaria sem preparo algum, transformando o ataque num massacre.

Documentos posteriormente revelados, comprovaram a intuição de Truman. Os japoneses contavam com um quarto de milhão de civis no combate com o intuito de

causar um número tão alto de mortes, tanto de japoneses quanto de americanos, que estes seriam forçados a suspender o ataque e desistir da guerra.

3ª Opção: demonstrar o poder da bomba atômica em um local deserto para os japoneses.

A grande questão dessa opção era: quem do Japão iria acompanhar os avanços norte-americanos sobre a bomba nuclear? Seria para um único cientista de confiança ou para todo um comitê? E quanto tempo levaria para que a informação chegasse até o Alto Comando japonês? E outra, eles dariam alguma atenção a isso?



Fotografia de uma maquete da arma nuclear Little Boy lançada em Hiroshima, Japão, em agosto de 1945. Esta foi a primeira fotografia do invólucro da bomba Little Boy a ser divulgada pelo governo dos EUA (foi desclassificada em 1960).

Mais do que isso, foram criadas somente duas bombas nucleares até aquele momento; e ainda que mais fossem feitas para demonstrar seu poder para os japoneses, valeria a pena esperar enquanto a guerra continuava ocorrendo?

Por fim, a nova tecnologia ainda havia sido pouco testada e poderia falhar. Caso ela falhasse, os japoneses levariam a sério seu suposto poder ou continuariam a lutar?

4ª Opção: demonstrar o poder da bomba nuclear em um local povoado.

A decisão final e aceita foi a de demonstrar o poder da bomba em solo japonês. A questão interna quanto a essa opção era a decisão do local.

O objetivo de Truman era bombardear uma cidade de foco militar ou de maior produção militar, ao mesmo tempo que não fosse uma cidade de grande importância cultural para os japoneses. O objetivo da bomba era acabar com a guerra e não com a cultura do Japão.

E, por isso, a decisão foi pela cidade de Hiroshima, uma cidade portenha onde havia um maior número de influências estrangeiras. Contudo, era também a cidade japonesa com uma grande concentração de cristãos. As duas cidades bombardeadas eram cidades importantíssimas para o avanço do cristianismo no Japão.

OS EFEITOS DA BOMBA NUCLEAR

No dia 6 de agosto de 1945, a cidade de Hiroshima deixou de existir. No local do impacto a temperatura chegava a 3.000 graus Celsius. Somente o impacto matou em torno de 80.000 pessoas, e outras 60.000 morreram por consequências da explosão e sua radioatividade.

Quem sobreviveu sofreu queimaduras gravíssimas e necessitou urgentemente de água, o que fez com que os lagos ficassem lotados de corpos, vivos e mortos. Foi um desastre horrível nunca antes visto na História.

MARTÍRIO

Nagasaki é uma cidade portuária japonesa por onde chegaram os primeiros jesuítas em 1543. Mas durante o xogunato de Ieyasu Tokugawa, a liberdade religiosa no Japão foi proibida e os cristãos foram caçados e mortos em todo o território.

Na cidade de Nagasaki foi mantida uma profecia por sete gerações, de que o cristianismo voltaria ao Japão por ali. E por todas essas gerações, sem que houvesse nenhum sacerdote oficial no Japão, a religião foi mantida, ainda que de forma escondida, sem a aplicação de Sacramentos, transmitida de forma oral.

No século XIX, com a reabertura do Japão para o Ocidente, os católicos voltaram à ilha e ficaram surpresos ao encontrarem cristãos esperando-os, querendo um padre, querendo novidades sobre o Papa.

Em 1945, após a bomba nuclear de Nagasaki, um católico sobrevivente disse que o sacrifício dos cristãos naquela cidade foi feito para que a Guerra pudesse finalmente chegar ao fim.

OS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO

Ainda durante os eventos da guerra contra Hitler, os judeus na Alemanha eram isolados em bairros fechados chamados de ‘guetos’ e depois deportados para o interior do país ou para a Polônia, onde ficavam presos em **campos de concentração**, obrigados a trabalhar para os nazistas em suas empresas aliadas. Muitos destes judeus também eram cobaias de experimentos médicos e para testes das novas armas químicas. Em casos ainda mais extremos, eram levados a **campos de morte** onde a “Solução Final” de Hitler para os judeus, era seu extermínio em massa.

A partir de 1941, nos campos de concentração, todo judeu não apto a trabalhar era morto. De 1942 em diante, somente os indispensáveis foram mantidos vivos. A ideologia antissemita era para ser seguida acima da necessidade do trabalho.

Nos anos finais, manter judeus presos era impensável para Hitler, pois consumiam os alimentos que poderia ser utilizado pelas tropas, e por isso começa a ser executada a “Solução Final” para o que Hitler chamava de “o Problema Judeu”.

PADRE MAXIMILIANO KOLBE

No campo de extermínio de Auschwitz, o padre Maximiliano Kolbe foi preso por ser um sacerdote polonês que negou aceitar a cidadania alemã. Preso junto a judeus, rezava com os condenados para que o desespero não afligisse seus corações.

Estamos na metade do ano de 1941 e um preso foge do campo de concentração. Como punição, dez prisioneiros serão mortos para “pagar” pelo fugitivo. O padre Kolbe, ao ver um dos condenados implorando pela vida por possuir esposa e filhos, pediu para ser morto no lugar dele. E o pedido foi concedido.



Acampamento feminino, Auschwitz II, verão de 1944, uma fotografia do Álbum de Auschwitz

O padre, junto dos outros nove, ficaram isolados do resto, presos até que morressem de fome. Novamente, para que o desespero não tomasse a alma dos seus colegas de cela, Kolbe rezava incessantemente. Passados 14 dias, o padre e mais três prisioneiros ainda estavam vivos, mesmo sem terem recebido qualquer alimento ou água. Estavam vivos somente pela oração. Os nazistas, perturbados com a cena, abreviaram a vida dos sobreviventes com a aplicação de uma injeção letal.

O padre Maximiliano Kolbe estendeu seu braço recitando a “Ave-Maria” e estas foram suas últimas palavras. Era o dia 13 de agosto de 1941.

O HOLOCAUSTO

O assassinato das minorias étnicas em locais urbanos estava gerando revoltas dentre a população alemã, por isso foi preferível mover os condenados para áreas rurais ou afastadas antes que fossem exterminados. Como o poder do Terceiro Reich alemão era mais forte no Leste, esta foi a região escolhida para realizar a maior parte do Holocausto.

Levados aos campos de morte, os judeus seriam exterminados em massa nas câmaras de gás, escondidos dos grandes centros urbanos do Reich e do mundo. Muitos nazistas

em Berlim não faziam ideia do que ocorria nos campos afastados. A maior parte desses massacres foram descobertos somente depois da Guerra.

As câmaras de gás podiam conter até 2.000 pessoas por vez e até 12.000 eram mortas por dia. Estima-se que 1,3 milhão de pessoas foram mortas no campo de morte de Auschwitz; 900.000 mortas em Treblinka; e 500.000 em Belzec, durante os dez meses de operação dos campos de morte.

Foram sete milhões de judeus mortos, mas não eram os únicos, também foram exterminados ciganos e eslavos.

GULAGS

Do outro lado da Guerra, na União Soviética, existiram 23 campos de trabalho forçado chamados de “*Gulag*”, existentes desde 1923. Seus prisioneiros eram criminosos e opositores políticos. Entre 1928 e 1932, milhares de camponeses ricos foram tirados de suas fazendas para os *gulags* durante o Programa de Coletivização, que dava fim à existência dos latifundiários na URSS. Depois, entre 1936 e 1938, durante o governo de Stalin, outras milhões de pessoas foram presas nos campos de trabalho. Durante a Segunda Guerra, os *gulags* foram ocupados por prisioneiros de guerra e cidadãos não soviéticos.

Os gulags foram construídos no norte da Rússia, em regiões extremamente frias e afastadas, o que dificultava qualquer tentativa de fuga. Somente durante o governo de Stalin, estima-se que cinco milhões de pessoas estavam presas nesses campos de concentração. E entre 1918 e 1956, foram dezenas de milhões de pessoas presas pelo regime soviético, com pelo menos 1,7 milhão de mortes.

HOLODOMOR

Não foi somente durante as Grandes Guerras que a morte assombrou o século XX. Nos cinco primeiros anos da década de 1930, na União Soviética sob governo de Stalin, ocorreu uma grande fome causada por mãos humanas.

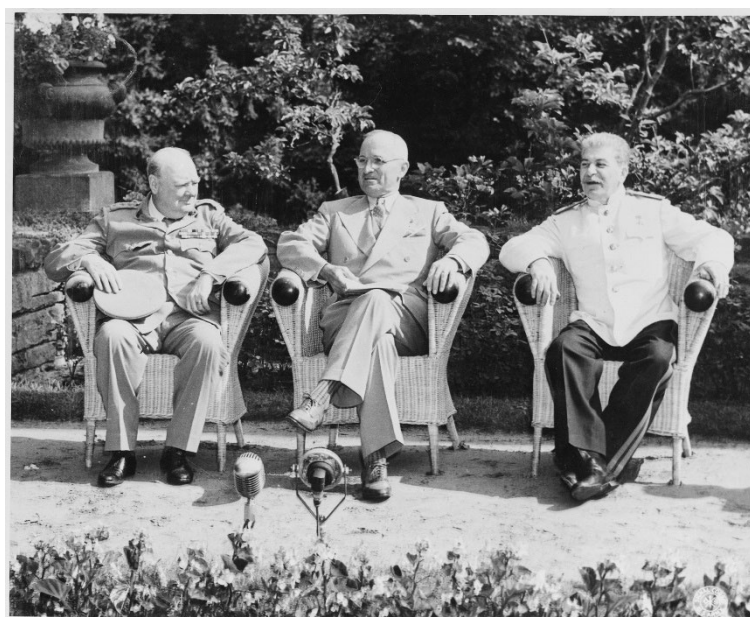
Stalin possuía desavenças com regiões do Oeste da URSS por terem resistido à Revolução Russa nos anos seguintes a 1917, principalmente contra a Ucrânia. Além disso, começava o projeto do Partido Comunista de coletivização da agricultura, onde os latifundiários seriam retirados de suas terras que passariam a ser propriedades do Estado soviético.

Para se impor sobre a Ucrânia, uma das principais produtoras de grãos do Leste europeu, a URSS cercou as fazendas ucranianas com o Exército Vermelho e confiscou suas produções, impedindo que o alimento chegasse às cidades.

Entre 1931 e 1934, ao menos 4 milhões de ucranianos morreram de fome em todo o país. O sofrimento era tão grande que muitos tiveram de recorrer à prática de canibalismo para sobreviver.

OS ACORDOS DURANTE A SEGUNDA GUERRA

Ainda em 1943, Churchill, pela Inglaterra; Roosevelt, pelos Estados Unidos; e Stalin, pela URSS, se reuniram no Irã para discutirem sobre a Guerra. Foi a chamada **Conferência de Teerã** onde Stalin insistiu em manter os territórios acordados com os nazistas no Pacto de Não-Agressão, além da anexação dos países bálticos.



Nesta reunião, apesar de ter sido pensada para tratar de estratégias de combate, ficou claro o interesse de Stalin no avanço territorial da União Soviética.

Em 1945, ocorreu a **Conferência de Yalta**, onde se reuniram os mesmos três líderes. Desta vez, a discussão era sobre a guerra contra o Japão. Ficou acordado que a União Soviética declararia guerra contra o Japão caso os EUA necessitassem.

Novamente, Stalin se aproveitou da reunião para pedir por acréscimos territoriais, dessa vez para a recuperação dos territórios perdidos na guerra russo-japonesa. Stalin também pediu para que todo o Leste europeu visse os soviéticos como aliados e conseguiu sua presença na ONU, que seria oficializada ainda no mesmo ano.

Nesta reunião também foi determinada a divisão da Alemanha entre os quatro vencedores da Grande Guerra, onde o lado Ocidental ficou para a Inglaterra, EUA e França; e o lado Oriental para a Rússia soviética.

Por último, ocorreu a **Conferência de Potsdam**, no subúrbio de Berlim. Desta vez, o representante norte americano era Harry Truman. E Truman anunciou nessa conferência o uso da bomba nuclear.

Esta reunião serviu para decidir o futuro da Alemanha e foi proposto o “Plano Cinco D’s” de “denazificação”, desmilitarização, democratização, descentralização e desindustrialização (das indústrias bélicas) da Alemanha.

Quanto à questão territorial, definiram o território polonês e austríaco e Stalin reforçou que não queria interferências em seu governo na União Soviética.

TRIBUNAL DE NUREMBERG

Entre os anos de 1945 e 1946, foi iniciado o julgamento dos líderes nazistas sobreviventes da Guerra. Os julgamentos ocorreram na Alemanha e ficaram conhecidos como sendo o **Tribunal Internacional de Nuremberg**. O motivo de ter sido um tribunal internacional, foi por contar com representantes dos Estados Unidos, Grã-Bretanha, França e União Soviética, julgando os criminosos do Eixo.



As acusações podiam ser de crimes contra a paz, como o planejamento da guerra; crimes contra a humanidade, como a realização de extermínios e deportações; crimes de guerra, como as violações das leis da guerra; e, por último, intenções ou planos de cometer uns dos crimes citados.

Dos 24 julgados, três cometeram suicídio; três foram absolvidos; quatro foram sentenciados à prisão de até 20 anos; três foram sentenciados à prisão perpétua e doze foram condenados à morte.

Podemos pensar que 24 é um número muito baixo para o número de oficiais nessa guerra, de ambos os lados, que cometeram crimes horrendos e foram julgados, mas na verdade o problema é muito maior.

Empresas escolhidas por Hitler para liderar o mercado alemão, saíram praticamente impunes após a Guerra. A Volkswagen, por exemplo, permitia a mão de obra escrava dos judeus e dos soviéticos prisioneiros do nazismo, a ponto de ter 60% da empresa trabalhando de forma escrava na Alemanha em 1942. Diversas outras empresas lucraram com a mão de obra escrava durante o nazismo, como a Coca-Cola, Ford, IBM, Mercedes, Kodak, Bosch, Hugo Boss, etc.



Hugo Pedro Felisbino

Todas elas abusaram dos prisioneiros em campos de concentração e somente muitos anos depois foram condenadas a pagar uma indenização às famílias judias que perderam parentes no conflito. Contudo, o valor pago foi irrisório, sendo menor que 1% dos lucros das empresas.

ATIVIDADES

1. Por que a decisão pela bomba nuclear parecia a menos prejudicial para conquistar a paz?
2. O que foi a “Solução Final” dada pelo nazismo alemão no final da Segunda Guerra Mundial?
3. Como a União Soviética consolidou seus poderes durante as conferências com as potências Ocidentais?
4. Para um católico, quais atitudes seriam adequadas durante uma guerra? Pesquise a respeito e responda abaixo:
5. Referente à Segunda Guerra, marque a alternativa incorreta:
 - a) Os campos de morte nazistas foram construídos distantes das principais cidades alemãs para não levantar revoltas entre a população.
 - b) Nos tribunais de Nuremberg, muitos crimes de guerra continuaram injustiçados por não terem o devido julgamento.
 - c) Massacres e genocídios também acontecem fora de uma guerra declarada, como ocorreu durante o chamado Holodormor.
 - d) Maximiliano Kolbe nos mostra a importância da oração durante os momentos mais críticos de nossas vidas.
 - e) Os gulags serviram para conter somente os nazistas que invadiram o território russo durante a Segunda Guerra Mundial.



AULA 10

O PRIMEIRO CONCÍLIO DE NICÉIA E A HERESIA ARIANA



o decorrer do século IV, a Igreja, mesmo depois de reconhecida nos seus direitos por Constantino, corre perigo de morte. Tal é o paradoxo de uma época cheia de contradições e incertezas.

Surgiu, por um tempo, uma crise terrível dividindo a Igreja em duas, que a forçou a realizar uma tomada de posição, que virá a ser de extrema importância para o futuro.

Tendo crescido a população cristã, cresceu junto os promotores de desordens, pois agora se sentiam mais fortes e reuniam-se em verdadeiras anti-igrejas. O arianismo, a mais terrível heresia que a Igreja teve de enfrentar, abalou as próprias bases da fé, falseando o sentido mais profundo da mensagem evangélica ao atacar o próprio mistério de Cristo.

Ário, o homem que deu nome à heresia, tinha qualidades e defeitos, mas se destaca o orgulho, sempre comum nos grandes hereges. Ário era sábio e de uma oratória típica de um oriental versado no espírito grego. Pela vida que levava, nada se podia dizer contra ele no plano moral, mas era exatamente nessa sua aparência de santidade que morava o seu perigo.

Ordenado sacerdote bastante tarde, em 310, com 60 anos, Ário estava em 313 encarregado da igreja de Baucalis, um dos bairros de Alexandria, mas a sua fama ultrapassava a de um simples pároco.

O arianismo, como todas as heresias, parte de uma ideia justa: a da grandeza sublime e inefável do Deus Único, não gerado, Deus é "Aquele que é", como já dizia o Antigo Testamento, o Ser absoluto, o Poder e a Eternidade absolutos. Mas Ário acrescenta: "Deus



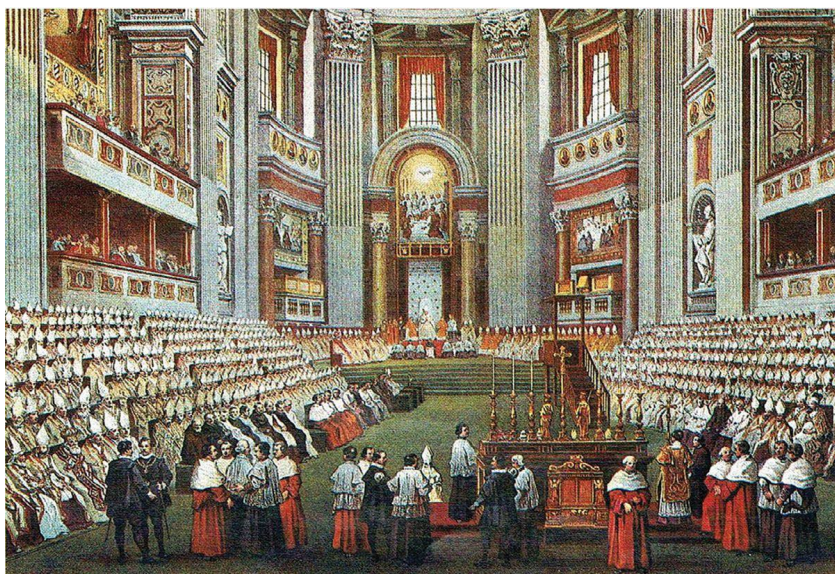
é incomunicável, porque, se se pudesse comunicar, teríamos de considerá-lo um ser composto, suscetível de divisões e mudanças”. “Ora,” continua Ário, “se Ele fosse composto, mutável e divisível, seria mais ou menos corporal; mas isso não pode ser, donde se conclui que é sem dúvida incomunicável e que, fora d’Ele, tudo é criatura, incluído Cristo, o Verbo de Deus”. Aqui está o ponto exato em que se situa o erro: Jesus, o Cristo, o Filho, não é Deus como o Pai; não é seu igual nem é da mesma natureza que Ele. Como se vê, Ário ataca a própria divindade de Jesus Cristo.

Ário reconhecia no Cristo certos atributos divinos e o venerava, tendo-o como exemplo admirável de um homem que se elevou ao cume da perfeição pelo livre esforço da sua vontade, vendo nele o Verbo, e afirmava que Ele foi tirado do nada por Deus antes de todos os séculos. Mas, também o via como criatura, sujeito a cair no erro e a mudar e se não o fez, prova que veio de uma escolha única, de uma predileção de Deus.

Nunca, em dois mil anos de história, se há de conhecer heresia tão fundamental. Se Cristo não é Deus, todo o cristianismo desaba e se esvazia da sua substância. Já não há Encarnação nem Redenção.

No outono de 324, Constantino venceu definitivamente seu cunhado Licínio e ficou senhor do Oriente, como já o era do Ocidente. Porém, ao entrar em Nicomédia, viu com horror que pesava sobre a Igreja uma ameaça de divisão.

Como se sabe, havia já muito tempo que a Igreja conhecia a instituição conciliar. Ela já havia realizado o primeiro concílio em Jerusalém no ano 49, quando São Paulo e os Apóstolos examinaram juntos a questão judaica. Desde a Igreja Antiga já se sabia da necessidade de fixar pontos graves de disciplina, e já havia celebrado reuniões regionais, tanto na África, quanto na Itália, onde essas reuniões efetuavam-se regularmente, a fim de manter os laços entre os chefes da cristandade.



Estava lançada a ideia de um concílio que reunisse toda a cristandade, que materializasse a unidade da Igreja numa reunião gigantesca. E o próprio Constantino via o projeto com alegria: “para um Império unido, uma Igreja unida”, esse era o seu lema.

Assim foi decidido o primeiro concílio ecumênico, a ocorrer em Nicéia, em 325. Constantino fez as convocações diretamente, convidando pessoalmente cada um dos bispos, por meio de cartas respeitadas. E chegaram para o Concílio bispos de toda a Europa, da África e da Ásia. De forma milagrosa foram reunidos

sírios, cilicianos, fenícios, árabes, palestinos, egípcios, macedônios, trácios, aqueus, epirotas, gente da Tebaida, da Líbia, da Mesopotâmia, o bispo da Pérsia, e da Espanha.

Santo Atanásio menciona trezentos e dezoito presentes, acompanhados de tantos sacerdotes, diáconos e acólitos que era impossível contá-los.

A sessão de abertura teve lugar em 20 de maio de 325. Nela, um amigo de Ário o representou, pronunciando um discurso preparado pelo próprio herege, onde ele defendia sua tese contra os apontamentos heréticos feitos. E usava-se sempre de um vocabulário propositadamente vago ao passar por cada ponto contestável dessa tese. A verdade é que toda essa discussão era vã.

Eis que responde o diácono Atanásio com um ponto que pusera em foco desde a sua juventude, e que era um dado fundamental e uma pedra angular: a Redenção. Ora, a Redenção não terá sentido se não for o próprio Deus quem se tenha feito homem, se Cristo não for ao mesmo tempo verdadeiro Deus e verdadeiro homem. "O Verbo se fez carne e habitou entre nós": esta afirmação de São João pressupõe que o Logos é plenamente Deus e não um homem divinizado à maneira pagã. Desta maneira o Concílio afirmou que o Filho é consubstancial ao Pai.

E Ário foi, portanto, condenado, e o caso ariano parecia resolvido.

Como o encerramento coincidia com o aniversário da subida ao poder de Constantino, o Imperador ofereceu a todos os prelados um grande banquete, durante o qual fez um longo discurso para exaltar os resultados do Concílio e para convidar cada um a manter a paz à sua volta e evitar toda a inveja e discórdia.

O texto adotado pelo Concílio para fixar o dogma católico perante Ário e os seus sequazes permaneceu na Igreja como elemento fundamental até os nossos dias. Estava estabelecida uma nova " regra de fé". E o Sínodo de Nicéia firmou este Credo:

Cremos em um só Deus, Pai Todo-Poderoso,
criador de todas as coisas, visíveis e invisíveis.
E em um só Senhor Jesus Cristo,
o Filho de Deus,
unigênito do Pai,
da substância do Pai;



Figura de Constantino

Luz de Luz,
Deus verdadeiro de Deus verdadeiro,
gerado, não criado,
consubstancial ao Pai;
por quem foram criadas todas as coisas que estão no céu ou na terra.
O qual por nós homens e para nossa salvação, desceu do céu,
se encarnou e se fez homem.
Padeceu e ao terceiro dia ressuscitou e subiu ao céu.
Ele virá novamente para julgar os vivos e os mortos.
E cremos no Espírito Santo.

O arianismo, contudo, persistiu até o século VI, sendo profetizado aos bárbaros por sacerdotes arianos, que viam o Filho como *semelhante*, e não como igual ao Pai. Os bárbaros convertidos nos Balcãs, Gália, Espanha, Itália e África eram todos oficialmente arianos. Até que o avanço dos francos ortodoxos (no sentido de retos na fé) avançassem sobre a Espanha e outros povos bárbaros, tomassem os reinos cristãos, eliminando o arianismo.

O CONCÍLIO DE TRENTO E A REVOLUÇÃO (REFORMA) PROTESTANTE

O Papa Paulo III (1534-1549) foi de grande mérito por ter enfrentado os obstáculos necessários quando propôs um novo concílio na tentativa de elucidar o problema da revolução luterana (que a Idade Moderna chama de reforma).

A primeira resistência veio dos próximos: entre os funcionários da Cúria que obteriam um lucro menor em seus cargos; entre os conselheiros que viam na reforma interna a ruína da Sé de Roma. Depois, era ainda preciso contar com os protestantes, que não podiam ser postos de lado, mesmo que ignorassem o convite por vontade própria.

E poderia o Papa encontrar apoio por parte dos príncipes? Já estava fora de questão pensar no rei Henrique VIII, antes "Defensor da fé" e agora excomungado. Quanto a Carlos V, a sua atitude era ambígua: como rei da Espanha, era um feroz "reformador", favorável ao concílio; como imperador, desejava acima de tudo reconciliar os seus súditos; não queria, pois, uma assembleia que condenasse o protestantismo.



Papa Paulo III



Dentre os apoiadores do Concílio um novo problema: de um lado, os humanistas cristãos, discípulos de Erasmo, partidários das certas reformas morais, mas favoráveis à dogmas suaves e fórmulas conciliadoras. Alguns desses homens, queriam que as decisões do concílio fossem antes passadas por um "conselho superior" de competências, isto é, a eles próprios, antes de serem aprovadas.

A outra corrente, comandada pelo cardeal Caraffa, era a dos que defendiam a severidade, as medidas categóricas, a Inquisição e a repressão. Mas não seria arriscado para o Papa escolher um dos dois e ignorar o resto?

No início, foi marcado um concílio para o mês de maio de 1537, fixando a sede na cidade de Mântua. Mas Carlos V enfureceu-se com a escolha de uma cidade italiana onde nãoalaria como senhor. Por medo do Imperador, os cardeais preferiram ficar em casa. O Papa escolheu então a cidade de Vicenza para o dia 1º de maio de 1538. Mas os venezianos se recusavam a ceder a cidade. Novo local: Tirol, uma cidade italiana subordinada ao Imperador Carlos V, que não poderia negar. Novamente o fracasso: Alemanha e França entraram em guerra.

O Papa, incansável, convocou uma vez mais o concílio, para o dia 13 de dezembro de 1545, na catedral de Trento. E desta vez deu certo.

Os bispos alegremente se reuniram, mas não deixavam de ser homens, e foi uma confusão para que se pudesse discernir o rumo certo. As causas dos conflitos eram muitas, algo inevitável quando se reúne um número elevado de homens. Mesmo assim, a imensa maioria desses homens cooperaram na grandiosa tarefa de fazer o bem, com uma convicção notável de que trabalhavam numa obra decisiva para a Igreja.

Carlos V foi um dos responsáveis pela dificuldade de resolver a questão, pois desconfiava do papado, queria que o Concílio fosse um campo de entendimento entre católicos e hereges, quando, para a Igreja, era imprescindível chegar a definições bem claras, mesmo que resultasse numa ruptura.

Outro problema: deveria primeiro fixar o dogma ou reformar a disciplina? Carlos V exigia "primeiro, a disciplina", para evitar uma condenação dos luteranos, mas os cardeais mais categóricos queriam primeiro o dogma, para controlar o perigo herético.

E assim se explica a longa duração do Concílio de Trento, interrompido quatro vezes, suspenso durante perto de dez anos, e que só chegou ao fim dos seus trabalhos quando a situação geral permitiu a Roma ver-se livre da política.

Foram oito sessões entre 1545 e 1546, onde os Padres realizaram um excelente trabalho doutrinal sobre o papel da Sagrada Escritura como regra de fé, sobre a doutrina do pecado original, e a justificação dos Sacramentos, enquanto se impunha as reformas disciplinares, fixando os deveres dos bispos.

Nesse momento por meados de maio, espalhou-se na cidade uma epidemia mortal e foi necessário ordenar a transferência das reuniões para Bolonha, mas os espanhóis e os alemães permaneceram em Trento, por ordem do Imperador, e o Concílio foi suspenso.

Paulo III quando morreu aos oitenta e dois anos, em 1549, depois de ter lançado as bases da reforma, o que é sua maior glória, não pôde, entretanto, vê-la concluída.

O novo Papa só foi escolhido em 1550, num dos mais longos conclaves da história. O motivo era o enfrentamento entre os partidários do Imperador alemão e os partidários do Rei da França.

Foi eleito o cardeal Del Monte, antigo presidente do Concílio. Um homem respeitável, embora inclinado um pouco demais aos prazeres mundanos e às belas obras de arte. Tomou o nome de Júlio III (1550-1555). Era amigo de Paulo III, e estava decidido a retomar a grande tarefa do Concílio, como tinha jurado a todos os membros do conclave. Mas não era homem de caráter muito forte. Doente e precocemente envelhecido, esse sexagenário preferia a negociação ao combate e tinha muito medo de Carlos V.

O Concílio foi convocado para maio de 1551, em Trento. E ali os bispos trabalharam seriamente, em quatro sessões, na elaboração de decretos dogmáticos sobre os Sacramentos. Pouco a pouco, mais bispos compareciam, entre eles uma forte delegação protestante, que teve de ser admitida a pedido expresso do Imperador. Uma vez mais, a política intervém na Igreja.

De repente, Maurício da Saxônia, luterano e rival de Carlos V, se preparava para marchar sobre a cidade do Concílio. E as pressas, a assembleia foi suspensa por dois anos. Mas quando o prazo passou, Júlio III não teve a coragem de retomar a tarefa. Cada vez mais doente e cansado, refugiou-se na *villa* que mandara construir, onde morreu em 1555.

Em toda a Cristandade, muitos se perguntavam se o Concílio seria o meio mais adequado de resolver os problemas da Igreja, principalmente após anos sem resultado em Trento. Assim pensava Caraffa, eleito novo Papa no dia 23 de maio de 1555, dia da Ascensão. Nomeou-se Paulo IV para enfatizar sua continuação na reforma, mas queria fazê-la por si mesmo. Seu breve pontificado (1555-1559) marcou uma interrupção nos trabalhos do Concílio e uma mudança de rumos.

Esse Papa não sentia nenhuma vontade de deixar que uma assembleia não dominada por ele tomasse decisões. A tentativa de reforma pessoal de Paulo IV, foi grande nas intenções e nalgumas realizações. Decretos chamaram os bispos aos seus deveres de estado; alguns cardeais, com reputação de mundanos, foram chamados à ordem, e quem pretendia comprar cargos teve de sair dos Estados da Igreja. Para cada país, foi nomeado um cardeal de confiança com a missão de transmitir as ordens pontifícias. Os bispos, com poderes reforçados, receberam instruções precisas para vigiar o seu clero. Os superiores das congregações religiosas também foram convidados com firmeza a pôr ordem nas suas casas, proibindo que monges vivessem fora da clausura, como desocupados.

Mas o principal instrumento dessa reforma foi a Inquisição. Paulo IV também mandou elaborar o catálogo oficial dos livros proibidos, o Index Librorum Prohibitorum (1558), proibindo diversos livros de novas edições, principalmente os de defesa ao luteranismo.

Todos os Estados católicos foram convidados a pôr em funcionamento a Inquisição; a França recusou-se, mas a Espanha, onde a instituição já era poderosa, entregou-se a essa tarefa de corpo e alma. Foi então que se perseguiram todos os suspeitos, os restos de luteranos, os judeus e os partidários de Erasmo.

Paulo IV, morreu em 18 de agosto de 1559, e, nessa mesma tarde, o povo romano, que lhe erguera uma estátua por ter reduzido os impostos, levantou-se numa revolta contra a Inquisição, vociferando insultos à memória do defunto devido às perseguições.

No próximo conclave, a única coisa em comum entre os cardeais era em evitar alguém como Paulo IV. Divididos em três grupos, os "espanhóis", os "franceses" e os que tinham eleito Paulo IV, tardaram muito em encontrar o candidato que pudesse satisfazer a todos. Como costuma acontecer em tais casos, acabou-se por escolher um homem pouco falado. Era um certo cardeal João Ângelo Médicis que tomou o nome de Pio IV (1559-1565) e a promessa de retomar o Concílio.

O novo Papa possuía três filhos naturais sem casamento, atestando não ter sido santo em outros tempos. Deus se serviu de instrumentos bem discutíveis como Paulo III, Paulo IV e Pio IV para gerarem a Contrarreforma.

Com Pio IV, a Inquisição não foi suprimida, mas foi-lhe limitada a não intervir nos outros campos; o próprio Index foi mitigado. A política pessoal de Paulo IV, evidentemente, não tinha dado resultado e era necessário voltar ao Concílio.

Carlos V, do Sacro Império, e Henrique II, da França, morreram nesse meio tempo e a paz política foi restabelecida; seria mais fácil trabalhar na reforma da Igreja.

Começava os preparativos do Concílio de Trento em 1562. Nas sessões finais, mais de duzentos e cinquenta bispos estavam presentes, rodeados de grande assistência. Não deixou de haver conflitos, mas ninguém estava envenenado pela política. Estudou-se a maior parte dos grandes problemas dogmáticos e disciplinares que a Igreja enfrentava: a Eucaristia, a Missa, os Sacramentos, o culto dos Santos, o Purgatório; todos esses temas foram objeto de decretos dogmáticos. E regulamentaram-se também a moral dos clérigos.

Nenhum outro Concílio na história da Igreja definiu tantas questões, fixou tantos pontos de doutrina nem fez tantas leis. Realizou-se uma obra imensa: depois de tantas hesitações e resistências, a Igreja formulava, com admirável vigor e precisão, as suas respostas tanto às teses da heresia como às críticas que lhe faziam a ela própria.

Carlos Borromeu e Filipe Néri, ambos futuros Santos, participaram dessa fase final. E ao julgar os frutos do Concílio de Trento, vemos sua tremenda importância na História da Igreja. As decisões tomadas durante essas sessões agitadas, no meio de dificuldades de toda a espécie, fixaram a fé católica de tal forma que desde então ela nunca mais foi posta em questão. Monumento de sabedoria e de precisão, assim se pode definir a obra dogmática do Concílio de Trento. A fé da Igreja, baseada na Escritura e na Tradição, foi formulada no Concílio como nunca antes. Foi o Renascimento católico.

ATIVIDADES

1. Por que foi importante conter o arianismo se ele foi motivo da conversão de tantos povos bárbaros?
2. De que maneira um Imperador pode influenciar num concílio ecumênico?
3. De acordo com os ocorridos durante o Concílio de Trento, quais eram os grandes desafios para a escolha de um Papa?
4. Qual é a importância do Concílio de Trento?
5. Qual a relação da Inquisição com as decisões tomadas em um concílio?



AULA 14

A DEFINIÇÃO DE TERRORISMO



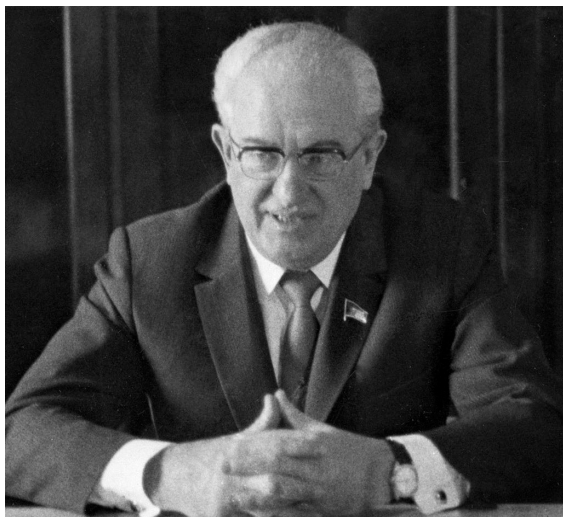
errorismo é uma ideologia política sobre o uso do terror, que é um medo arbitrário, não restrito e não especificado. Isso exclui a guerra tradicional contra exércitos regulares e forças policiais, bem como assassinatos individuais de figuras públicas.

Ou seja, a violência criminal em si não é necessariamente terrorismo. Para chamar um ato de terrorismo, ele precisa causar um terror na população de forma geral, pois torna qualquer indivíduo uma vítima em potencial. As vítimas são tipicamente anônimas e a ideia do ato é causar uma ameaça crível.

Além disso, raramente o terrorismo é o objetivo final, como se pensa sobre a anarquia ou o comunismo, mas apenas um método para promover alguma política. É por isso que os terroristas representam quase sempre uma ideologia política. Há, no criminoso, o esforço em encontrar uma desculpa política para seus atos.

O termo se origina no “Reino do Terror”, realizado pelos jacobinos durante a Revolução Francesa, em 1794. E durante o século XX, quem mais se utilizou do terrorismo foram os fascistas e os comunistas.

AS ORIGENS DO TERRORISMO



Yuri Andropov

O terrorismo moderno surgiu entre 1967 e 1968 dentre os marxistas de origem islâmica.

No ano de 1967, Yuri Andropov (1914-1984) se tornou líder da KGB (Comitê de Segurança do Estado da URSS), o serviço secreto soviético; e em 1982, assumiu como secretário geral do Partido Comunista russo, fazendo do serviço de espionagem um “estado” dentro do Estado soviético.

Através da KGB, Andropov patrocinou o terrorismo internacional por meio de estados

satélites, atuando nas “frentes de libertação” (como as FARC), transformando a KGB numa ferramenta essencial para a política soviética durante a Guerra Fria.

Os atos de terrorismo praticados tanto no Oriente Médio quanto em toda a América Latina durante a segunda metade do século XX, pode ter ligações com a URSS, seja em seu planejamento ou no fornecimento das armas para os ataques.

OS REVOLUCIONÁRIOS NO OCIDENTE

A partir da Revolução de Maio de 1968, ocorrido na França, numerosas células terroristas de esquerda foram formadas na Alemanha, na Itália e em outros países ocidentais. O auge de suas atividades ocorreu em 1977, quando diversos alemães que compactuavam com o comunismo se retiraram para a Alemanha Oriental.

Em 1971, diversos grupos revolucionários se reuniram em Florença, na Itália, onde se encontravam muitos grupos palestinos e latino-americanos (ERP, ELN, MLN, MIR), formando uma rede internacional de terror.

Nos Estados Unidos da América, agentes soviéticos iniciaram uma tensão racial através de escritos em nome do grupo racista Ku Klux Klan e por uma explosão de bomba na cidade de Nova York, no verão de 1971. No mesmo ano, os soviéticos também atuavam em grupos separatistas em Quebec, no Canadá.

Na América Latina a KGB esteve presente em Cuba, México, Uruguai e Brasil, onde treinava agentes em técnicas de guerrilha urbana. Essa presença de comunistas no continente americano foi a causa por tantas ditaduras militares terem tomado posse, como no caso do Brasil.

Guerrilhas são combates em pequena escala realizada por um grupo civil ou paramilitar contra o exército, a polícia ou grupos opositores. Seus ataques são rápidos e evitando um conflito direto que os deixariam em desvantagens devido ao seu menor número. Suas táticas envolvem emboscadas em locais onde tropas maiores teriam dificuldade de movimento e não é incomum usarem ambientes cheios de civis para evitarem um contra-ataque direto.

Há uma diferença entre guerrilheiros e terroristas: os guerrilheiros focam seus ataques nas forças oficiais de um governo e raramente possuem civis como alvos. Já os terroristas atacam civis com o intuito de gerar pânico generalizado. Em toda a América Latina, durante a década de 1960 e 1970, essa divisão, contudo, ficou nebulosa, com organizações atuando em ambas as atividades.

A presença comunista nas Américas sofreu forte resistência dos governos militares e da população, causando seu enfraquecimento a partir da década de 1970. Foi nesse momento que o Oriente Médio veio em socorro.

O TERRORISMO NO ORIENTE MÉDIO



George W. Bush, 43º Presidente dos EUA.

Em dezembro de 1967, o nacional socialista pan-árabe George Habash fundou a Frente Popular Marxista-Leninista para a Libertação da Palestina (FPLP). Isso levou o Comitê Central do Partido Comunista Soviético a adotar a causa palestina a partir de 1968. Em julho de 1970, Andropov permitiu a primeira entrega direta de armas soviéticas à FPLP, enquanto o serviço de inteligência militar russo (GRU) fornecia armas e treinamento para terroristas palestinos.

A União Soviética, que por 20 anos apoiou o estabelecimento de Israel e armou suas forças, passou a investir seus recursos na causa palestina e no socialismo árabe. No entanto, a União Soviética fracassou no Egito. Em maio de 1971, o presidente egípcio Anwar El-Sadat (1918-1981) eliminou a maioria dos agentes da KGB em seu país. Oito anos depois, El-Sadat pagou com sua vida por isso, sendo assassinado por membros de um grupo islâmico. A política de paz de El-Sadat em relação a Israel, facilitou a aliança dos remanescentes da rede da KGB com a Irmandade Muçulmana de direita. Este é o contexto que levou a Al-Qaeda a se virar contra os EUA.



Bandeira usada por muitas facções da Al-Qaeda

A grande dificuldade dos soviéticos em unir os árabes contra Israel e o mundo ocidental, eram as desavenças que eles possuíam entre si. Por exemplo, apesar de socialistas e aliados da URSS, sírios e iraquianos nunca se entenderam.

Com a guerra de Yom Kippur de 1973 e o subsequente aumento do preço do petróleo em todo o mundo, os soviéticos perceberam que os socialistas árabes não eram confiáveis e que obtinham pouco sucesso por meio de empreendimentos militares e terrorismo. O futuro seria na verdade econômico e residia nos campos de petróleo da Arábia Saudita e dos emirados do Golfo.

Dessa forma o Islã Político, ou o islamismo, substituiu o Socialismo como base mais promissora para conquistar os árabes e prejudicar os interesses ocidentais no Oriente Médio.

A Arábia Saudita passou a financiar o terrorismo internacional após 1974, tendo enviado 85 milhões de dólares americanos para a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) e 72 milhões de dólares para o Hamas. Com o dinheiro saudita, tais ideais revolucionários e anti-Occidente foram transmitidos por meio da Conferência Islâmica e pela sua organizadora, a Liga Mundial Muçulmana, por todo o mundo muçulmano.

Quando Saddam Hussein executou alguns comunistas iraquianos, em maio de 1978, e recebeu o apoio dos EUA, a União Soviética se aliou ao Irã, que se tornou seu aliado mais leal após a revolução islâmica de 1979. A KGB possuía membros especialistas nas questões do Oriente Médio e que rapidamente se organizaram para apoiar o Ayatollah Khomeini contra o Ocidente e contra os muçulmanos aliados aos Estados Unidos.

Ao lado de Khomeini diversos comunistas fundaram uma sociedade secreta xiita, com membros atuando na política do Irã que faziam suas políticas lado a lado com a GRU russa. A sociedade também procurava por muçulmanos que estudaram nos Estados Unidos para criar um símbolo através deles. É significativo que a propaganda anti-americana tenha sido propagada por jovens fundamentalistas que passaram um tempo nos EUA.



Atentado do 11 de setembro de 2001.

Todos os quatro pilotos terroristas do atentado de 11 de setembro de 2001 moraram ou passaram algum tempo na Alemanha. Os terroristas islâmicos adotaram na verdade mais ideais de seus contatos com a sociedade ocidental do que suas próprias tradições: “Líderes fundamentalistas tendem a estar bem familiarizados com o Ocidente, tendo vivido lá, aprendido seus idiomas e estudado suas culturas. De fato, a experiência de viver no Ocidente muitas vezes transforma muçulmanos indiferentes em fundamentalistas.” É o que nos diz Daniel Pipes em seu artigo “A mente ocidental do islã radical”.

O ANTI-AMERICANISMO

O anti-americanismo tornou-se forte em todo o Oriente Médio, mas não somente entre os muçulmanos, como também entre os ateus e cristãos dessa região. Há, inclusive, membros cristãos no partido marxista palestino.

Houve, inclusive, grupos terroristas autoproclamados cristãos atuando na Armênia em oposição à Turquia. E há rumores desse grupo ter atuado junto dos soviéticos.

Apesar de fundamentalista, Khomeini foi considerado progressista por sua oposição aos EUA. Essa ideia de progresso ser uma revolta contra o Ocidente, atraiu vários árabes de esquerda e de direita. Desta forma, o islamismo tomava a impressão de ser uma nova ideologia para a conquista da independência contra o imperialismo capitalista.

Ou seja, a inteligência russa manipulava na Europa e no Oriente Médio islâmicos e cristãos, de esquerda e de direita, que alimentavam um ideal anti-americanos e anti-capitalista.

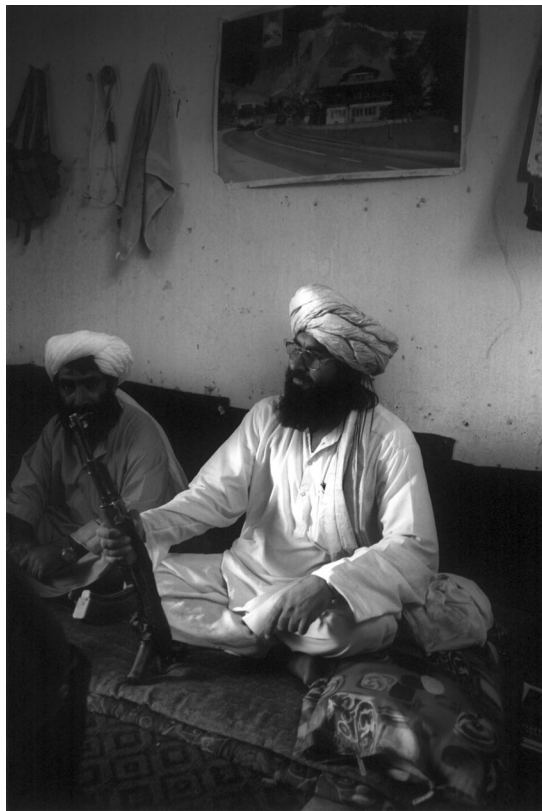
Contra a invasão soviética no Oriente Médio, diversos países islâmicos, como o Paquistão e a Arábia Saudita se juntaram aos Estados Unidos no financiamento dos *mujahidin* afegãos. Estes eram um grupo muçulmano afegão que se armou contra o governo em defesa da religião e independência do país em relação aos russos.

Em meio a esses afegãos estava Osama bin Laden, um homem muito rico que financiava as ações dos soldados contra os soviéticos. Osama fundou a Al-Qaeda, uma rede de informações logísticas usada para combater os soviéticos. A Al-Qaeda, na prática, recrutava agentes islâmicos de todo o mundo para lutarem pela causa afegã.



Osama bin Laden

Contudo, no ano de 2001, o ex-general da KGB Oleg Kalugin, disse em entrevista à BBC que havia mais terroristas da Al-Qaeda treinados pela KGB do que pela CIA americana.



Membro da guarda do Talibã

Com a crise soviética da década de 1980, Mikhail Gorbachev acordou em retirar as tropas soviéticas do Afeganistão, ação que começou em 1989, ano da queda do Muro de Berlim. Mas os anos de guerra e crises no território afegão fez com que o país fosse disputado entre milícias violentas que causavam terror na população por meio de ataques, sequestros e altas taxações. E para levantar dinheiro, essas milícias atuavam no tráfico de drogas, tornando a região a maior produtora de ópio do mundo.

Em meio a esse caos, surgiu o Talibã, um grupo de estudantes fundamentalistas. De início, seus membros ajudaram no combate contra os soviéticos, mas quando tomaram a capital do Afeganistão, Cabul, em 1996, tentaram adequar todo o islamismo do país à suas práticas tradicionais. O método usado pelo Talibã é de

punição violenta contra quem quebra suas regras ou recebe qualquer influência do Ocidente. E rapidamente o grupo tomou conta da Al-Qaeda, que passou a atuar por eles.

E quem fornecia armas e conhecimento tecnológico ao Talibã durante sua tomada do Afeganistão? A Rússia. Com a queda da URSS e o suposto fim da Guerra Fria, a CIA diminuiu sua atuação no Afeganistão, dando abertura à Rússia. O próprio Bin Laden, passou a atuar pelos interesses russos.

O terrorismo da Talibã restaurou antigos líderes socialistas no poder em países e regiões do Oriente Médio. Enquanto a desinformação russa apontava o Talibã como sendo controlado pelo ISI do Paquistão, que algumas vezes atuou junto da CIA, tentando acusar os Estados Unidos de ter armado o Talibã.

CONCLUSÃO

Os ataques terroristas modernos dos séculos XX e XXI possuem ligação direto com os conflitos da Guerra Fria, sendo financiados pela esquerda soviética e por alguns grupos nacionalistas, seja em oposição ou também em auxílio com os russos.

A política de combate ao terrorismo global foi iniciada nos Estados Unidos através da Doutrina Bush (2001) após o atentado às Torres Gêmeas. A política norte-americana iniciou uma “polícia mundial” contra o terror, permitindo diversas quebras de sigilo e invasão de privacidade durante as espionagens realizadas para derrubar a Al-Qaeda e seu líder Bin Laden.

A situação logo se escalou para mais uma guerra no Oriente Médio, região disputada até hoje entre os Estados Unidos e a Rússia por sua grande quantia de petróleo e poder no mercado mundial.

Os dados apresentados nesta aula foram de alguns documentos e testemunhos obtidos após o fechamento da URSS e de agentes desertores da KGB, mas muito pouco ainda se sabe sobre aqueles por trás do financiamento do terrorismo global e quem de fato exerce influência no Oriente Médio, que por si só já é complexo e difícil de compreender com suas várias divisões étnicas, culturais e até mesmo religiosas.

ATIVIDADES

1. Qual o impacto das ações terroristas em um determinado país ou território?
2. Qual o interesse russo no Oriente Médio?
3. Segundo a aula, quais são alguns dos motivos pelo qual o Oriente Médio segue em conflito até hoje?
4. Quais são as características de um fundamentalista islâmico?
5. Por qual motivo a América Latina passou por um levante militar, resultando em diversas ditaduras, durante a segunda metade do século XX?



AULA 17

O MODERNISMO



ão Pio X, Papa, foi um grande combatente do Modernismo. Essa heresia, que já se insurgiu por mais de dois séculos contra os católicos, tem influências protestantes e maçônicas. Ela alega que a pregação é inútil, porque a vida religiosa seria uma experiência de cada um, ao seu jeito. Diz, ainda, que todas as crenças um dia chegarão a uma prática espiritual comum, ideal e equivalente com a razão e com a ciência.

Dentro da Igreja Católica, essa heresia nefasta se manifesta naqueles que dizem coisas como: “Temos de sair das teorias porque Deus é o Deus da vida”. Geralmente, quem repete essa frase nem a entende, só o faz por ser cômodo. No entanto, a ideia faz um mal enorme para a fé e para as almas. Porque ninguém ama o que não conhece.



Papa Pio X

SÃO PIO X SOBRE O MODERNISMO

Entre os principais deveres impostos por Cristo, devemos, com ênfase, zelar pela fé transmitida pelos Santos e repudiar as novidades profanas e a ciência enganadora.

Pois, dentre os inimigos do gênero humano, nunca faltaram homens de perverso dizer (At 20, 30), insubmissos, charlatães e sedutores (Tít 1, 10), que caídos eles em erro arrastam os mais ao erro (2 Tm 3, 13). Contudo, é preciso confessar que nestes últimos tempos cresceu o número dos inimigos da Cruz de Cristo, os quais, com ricas artimanhas, rechaçam da virtude vivificante da Igreja e tentam ao máximo sabotar os alicerces do reino de Jesus Cristo.

O mal que espalham por toda parte nada poupa da verdade católica, nenhuma verdade há que não intentem contaminar. E ainda vão mais longe; pois pondo em obra o sem número de seus maléficos ardis, não há quem os vença em manhas e astúcias: porquanto, fazem promiscuamente o papel ora de racionalistas, ora de católicos, e isto com tal dissimulação que arrastam sem dificuldade ao erro qualquer incauto; e sendo mais ousados que os bons, as consequências de suas ações não os amedrontam, tanto que as aceitam sem preocupações e escrúpulos.

Começemos pelos intelectuais modernos, que se originam na doutrina agnóstica do Iluminismo e avançam até o ateísmo de hoje em dia. Se a história da Igreja foi de combate à heresia, hoje enfrenta um novo inimigo: o apóstata.

O agnosticismo prega que a razão humana fica inteiramente reduzida à consideração dos fenômenos, isto é, só das coisas perceptíveis e pelo modo como são perceptíveis; nem tem ela direito nem aptidão para transpor estes limites. Sendo assim, alegam ser impossível que o homem possa conhecer algo de Deus com sua razão, ou mesmo lhe conceder a existência, nem mesmo por sua criação.

Segue-se, portanto, que Deus não pode ser, de maneira alguma, objeto da ciência; nem servir de assunto da História. Os modernistas acham ridículo o católico viver de uma revelação externa e de dogmas fixos. E nem os abala ter a Igreja condenado formalmente estes seus erros tão monstruosos.

Os modernistas passaram do agnosticismo, que é puro estado de ignorância, para o ateísmo científico e histórico que, ao contrário, é estado de pura negação, e por isso, tudo o que não puderam provar sobre a existência de Deus e sua atuação na História, assumiram como se, na realidade, não tivesse nem existido, nem intervindo.

A única afirmação determinada que fazem é que a Ciência e a História devem também ser ateia, passando a abordar somente os fenômenos, repelindo de uma vez, Deus e tudo o que é divino. Essa absurdíssima doutrina se impõe ao leigo, forçando-o a questionar a Pessoa de Cristo, seus mistérios, sua vida e morte, sua ressurreição e ascensão ao céu.

Ora, ao negarem a credibilidade da Revelação e da Teologia, é claro que vão procurar no homem a explicação de todas as coisas. A religião, na cultura moderna, passa a ser somente uma forma de vida, cujas explicações devem ser achadas também na vida do homem. Absurda é a afirmação dos modernistas de que toda religião (crenças), sob diversos aspectos, é igualmente natural e sobrenatural. Resulta-se, obviamente, a perda do sentido da própria palavra 'religião'.

Além disso, os modernistas ousam afirmar que os dogmas da Igreja não somente podem, mas devem evoluir e mudar-se, para que se adequem às outras crenças racionalistas da modernidade, que se adequam para confortar a vida do homem. Sendo, para eles, mutáveis as fórmulas dogmáticas, não é de admirar que tanto as escaqueiem e desprezem o catolicismo verdadeiro. Afinal, conseguem reconhecer somente o sentimento

religioso e nada mais. Por isto, com o maior atrevimento, criticam a Igreja acusando-a de caminhar fora da estrada.

Atenhamo-nos agora aos modernistas que não são ateus, mas os crentes, que vivem em heresia e nem os sabem. Estes afirmam que a religião se faz por uma experiência profunda e verdadeira, capaz de vencer qualquer razão. Esta visão da religião iguala a todas como verdadeiras, não excluindo nem os idólatras.

O viver para os modernistas é prova de verdade; e a razão disto é que verdade e vida para eles são uma e a mesma coisa. E daqui, mais uma vez, se infere que todas as religiões (crenças) existentes são verdadeiras, do contrário já não existiriam. Ou seja, basta alegar ter tido uma experiência em qualquer determinada crença que ela já é, então, assumida como verdadeira.

Outra forma de pensar destes é de que a fé unicamente se ocupa da experiência religiosa, o que não seria o objeto da ciência. Segue-se, pois, que é distinta a tarefa de cada uma; a ciência acha-se toda na realidade dos fenômenos, onde a fé por maneira alguma penetra; e a fé, pelo contrário, ocupa-se da realidade divina, que de todo é desconhecido à ciência. Conclui-se, portanto, que nunca poderá haver conflito entre a fé e a ciência; porque, se cada uma se restringir a seu campo, nunca poderão encontrar-se, nem se contradizer. Se, entretanto, alguém objetar que no mundo visível há coisas que também pertencem à fé, como a vida humana de Cristo, os modernistas responderão negando.

De muito se enganaria quem, postas estas teorias, se julgasse autorizado a crer que a ciência e a fé são independentes uma da outra.

Para os modernistas, não basta que o Estado seja separado da Igreja. Negam até que os Sacramentos foram instituídos pelo próprio Cristo. Além disso, afirmam, ainda que não tão abertamente, que a fé deve subordinar-se à ciência, quanto aos elementos fenomênicos, assim também nas coisas temporais a Igreja tem que sujeitar-se ao Estado.

E não raro, vemos crentes admitindo que o Estado deva ter absoluta soberania em tudo o que é temporal. O escalar desse pensamento é dar ao Estado a própria administração dos Sacramentos. Se nisso chegarmos, para que servirá a autoridade eclesiástica?

E em todas as ciências estes atuam: há certos modernistas que se atiram a escrever história, que parecem muito preocupados em não passar por filósofos e chegam até a declarar-se totalmente alheios aos conhecimentos filosóficos. É isto um rasgo de finíssima astúcia; para que ninguém os julgue embebidos de preconceitos filosóficos e assim pareçam, como eles dizem, completamente objetivos. Em verdade, porém, a sua história ou crítica não fala senão filosofia e as suas deduções procedem por bom raciocínio dos seus princípios filosóficos.

E não se bastando com o que fazem, vão se envolver com os assuntos alheios: querem a inovação da Filosofia, particularmente nos seminários; de tal sorte que, desterrada a filosofia dos escolásticos para a história da filosofia, entre os sistemas já obsoletos, seja ensinada aos moços a moderna filosofia, que assumem como a única

verdadeira correspondente aos nossos tempos. Para a reforma da Teologia, querem que aquela Teologia que chamamos racional, seja fundamentada na Filosofia Moderna. Querem também que a História seja escrita e ensinada pelos seus métodos e com preceitos novos. Dizem que os dogmas e a sua evolução devem entrar em acordo com a Ciência e a História.

O MODERNISMO HOJE EM DIA

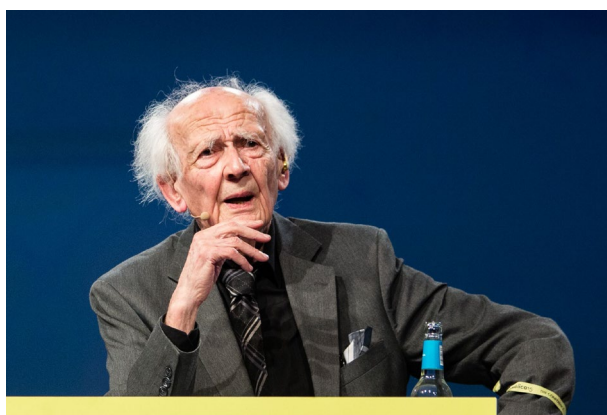
As consequências do mundo moderno na atualidade, são sentidas pelos próprios modernistas, que, eficazes em seus diagnósticos sobre os males da sociedade, erram gravemente em suas soluções propostas, pois já estão profundamente contaminados pela ideologia que eles mesmos acusam.

O filósofo ateu Zygmunt Bauman atesta que o mundo de hoje é formado pela busca daquilo que não se alcança, ou seja, “a compulsiva e obsessiva, contínua, irrefreável e sempre incompleta modernização; a opressiva e insaciável sede de destruição criativa”.

A sociedade atea do pós-moderno busca soluções para seus tormentos em práticas vazias e infrutíferas, além de antagônicas, gerando, no fim, mais um problema: o desespero. “Interrupção, incoerência, surpresa são as condições comuns de nossa vida. As mentes são alimentadas por mudanças repentinas e estímulos constantemente renovados. Não podemos mais tolerar o que dura”.

A renovação de tudo sempre faz com que o homem moderno odeie as verdades porque elas são para sempre. No meio dessa vida fluida, efêmera, sem raízes e fundamentos alicerçados em algo fora e além de si, o homem não mais consegue pacificar-se, redimir-se porque não entende que algo ainda o inquieta. Essa inquietação natural, por sua vez, faz com que o homem necessite do sacrifício para apaziguar sua alma com Deus. O próprio Bauman reconhece essa necessidade: “O propósito do sacrifício é restaurar a harmonia da comunidade, reforçar o tecido social”.

Na tentativa de tranquilizar a consciência, uma vez que houve a total abolição do transcendente, o homem pós-moderno recorre a outro tipo de sacrifício. Dentro de uma existência completamente vazia, há aqueles que no afã de sentir-se pertencente a si, recorrem ao auto sacrifício: eis a origem das mutilações e desafios perigosos, modinha nas redes sociais, que muitas vezes causam até a morte.



O filósofo Zygmunt Bauman



Alegoria da Melancolia (Gravura do século XVIII)

Outros servem a normas (autoimpostas ou não), como diz outro filósofo modernista, Slavoj Žižek: “hedonistas liberais ateus dedicam a vida à busca dos prazeres (...) acabam intrincados numa densa rede de regras autoimpostas e politicamente corretas, como se um super eu muito mais severo que o da moral tradicional os controlasse (...) isso sem mencionar regras menos complexas relacionadas ao cuidado de si (ginástica, alimentação saudável, relaxamento espiritual). Na verdade, nada é mais opressor e regulado que um simples hedonista”.

Algumas vezes essa doença está tão enraizada no corpo social que o auto sacrifício parece não corresponder às aspirações. E a sociedade recorre, portanto, ao sacrifício legalista, à subserviência total ao Estado. Assim não existe mal em dizimar etnias e povos se a lei assim permitir (como apregoava o nazismo) ou em matar milhões de pessoas se isso for o meio para construir o paraíso

terrestre (argumento utilizado no stalinismo).

A liberdade humanista pós-moderna, então, é a geradora das ditaduras mais sanguinárias que já existiram.

ATIVIDADES

1. Quais são os grandes erros dos cristãos que aceitam as tendências modernistas?
2. De que maneira a ciência moderna lida com os mistérios que encontra na realidade?
3. Na era contemporânea, como está a relação entre o Estado e a Igreja Católica?
4. Segundo a parte final da aula, como a falta de uma crença sólida, verdadeira e independente tem afetado as pessoas?



AULA 23

QUANTO ÀS NOVAS FORMAS DE TRABALHO



O fenômeno da globalização deu novos estímulos ao trabalho: este passa a experimentar novas formas de produção e o seu distanciamento tanto do mercado de consumo quanto das áreas onde são tomadas as decisões. Dois são os fatores que impulsionam este fenômeno: a velocidade de comunicação sem limites de espaço e de tempo e a relativa facilidade para transportar mercadorias e pessoas de um lado ao outro do globo.

Com isso, a propriedade é cada vez mais distante e indiferente aos efeitos sociais das opções que faz. Por outro lado, se é verdade que a globalização não é nem boa nem má em si, mas depende do uso que se faz dela, deve-se afirmar que é necessária uma globalização das tutelas, dos direitos mínimos essenciais e da equidade.

Outra característica da nova organização do trabalho é a fragmentação física do ciclo produtivo, promovida para conseguir uma maior eficiência e maior lucro. E isto tem consequências relevantes na vida dos indivíduos e das comunidades, submetidos à mudanças radicais tanto no plano das condições materiais como no plano cultural e dos valores. No juízo sobre esta delicada matéria, parece oportuno reservar uma maior atenção moral e cultural, ao orientar o agir social e político, sobre as temáticas ligadas à identidade e aos conteúdos do novo trabalho.

O trabalho está passando da economia industrial para uma economia concentrada nos serviços e na inovação tecnológica. Ocorre que os serviços e as atividades caracterizadas por um forte conteúdo informativo, crescem de modo mais rápido do que as dos tradicionais setores primário (agropecuária) e secundário (indústria). Os avanços tecnológicos melhoram as perspectivas de emprego no setor terciário (serviços formais ou informais em diversas áreas, sobretudo nas áreas comerciais) e aumentam, em particular, as atividades ligadas à prestação de serviço às pessoas.

A transição em curso também marca a passagem do emprego fixo para um percurso profissional caracterizado por uma pluralidade de atividades que, ao mesmo tempo, carrega incertezas acerca das perspectivas de emprego perante as exigências da competição, da inovação tecnológica e da complexidade dos fluxos financeiros, que, por sua vez, devem ser harmonizados cada vez mais com a defesa do trabalhador e dos seus direitos.

Muitas atividades que ontem exigiam trabalho dependente, hoje são realizadas de formas novas, que favorecem o trabalho independente e se caracterizam por terem maiores riscos e responsabilidade. O trabalho nas pequenas e médias empresas, o trabalho artesanal e o trabalho independente podem constituir uma ocasião para tornar mais humana a experiência do trabalho, tanto pela possibilidade de estabelecer positivas relações interpessoais em comunidades de pequenas dimensões, quanto pelas oportunidades oferecidas por uma maior iniciativa e empreendimento; mas não são poucos, nestes setores, os casos de tratamentos injustos, de trabalho mal remunerado e sobretudo inseguro.

Os trabalhos informais, muitas vezes decorrem da ausência de especialização de grande parte dos trabalhadores locais e ao desenvolvimento desordenado dos setores econômicos formais. Um número elevado de pessoas fica, assim, obrigado a trabalhar em condições de grave precariedade, e num quadro desprovido das regras que tutelam a dignidade do trabalhador. Os níveis de produtividade, rendas e teor de vida, são frequentemente insuficientes para garantir às famílias a possibilidade de atingir o limiar da subsistência.

O zelo pelo bem comum exige que se aproveitem as novas ocasiões de redistribuição de poder e riqueza entre as diversas áreas do planeta, em benefício das mais desfavorecidas e, até agora, excluídas ou à margem do progresso social e econômico. O desafio, em suma, é o de assegurar uma globalização na solidariedade, uma globalização sem marginalização. O próprio progresso tecnológico arrisca repartir iniquamente entre os países os próprios efeitos positivos. É evidente que, em presença de fortes disparidades entre os países no acesso aos conhecimentos técnico-científicos e aos mais recentes produtos tecnológicos, o processo de globalização acaba por alargar, ao invés de reduzir, as distâncias entre os países em termos de desenvolvimento econômico e social. Dada a natureza das dinâmicas em curso, a livre circulação de capitais não é suficiente para favorecer a aproximação dos países em via de desenvolvimento em relação aos mais avançados.

A doutrina social da Igreja tem muitas vezes posto em claro as distorções do sistema comercial internacional que, frequentemente, por causa das políticas protecionistas adotadas pelos países desenvolvidos, discrimina os produtos provenientes dos países mais pobres e impede o crescimento de atividades industriais e a transferência de tecnologias para tais países.

A IGREJA PERANTE A GLOBALIZAÇÃO

Em face do novo mundo do trabalho, a doutrina social da Igreja recomenda, antes de tudo, evitar o erro de considerar que as mudanças em curso ocorram de modo determinista. O fator decisivo desta complexa fase de mudança, é uma vez mais o homem, que deve continuar a ser o verdadeiro protagonista do seu trabalho. Ele pode e deve assumir de modo criativo e responsável as atuais inovações e reorganizações, de modo

que sirvam ao crescimento da pessoa, da família, das sociedades e da inteira família humana. A doutrina social esclarece que o trabalho humano procede imediatamente das pessoas criadas à imagem de Deus e chamadas a prolongar, ajudando-se mutuamente, a obra da Criação, dominando a terra.

Perante às interpretações econômicas da vida humana, a Igreja bem sabe, e desde sempre o ensina, que o homem tem necessidades não limitadas somente ao 'ter', porque a sua natureza e a sua vocação estão em relação indissolúvel com o Transcendente. A pessoa humana se entrega à aventura da transformação das coisas mediante o seu trabalho para satisfazer necessidades e carências materiais, mas o faz seguindo um impulso que a impele sempre para além dos resultados conseguidos, em busca do que possa corresponder mais profundamente às suas indeléveis exigências interiores.

Quanto mais profundas forem as mudanças, tanto mais decidido deve ser o empenho da inteligência e da vontade para tutelar a dignidade do trabalho. Esta perspectiva consente orientar do melhor modo as atuais transformações entre a inovação tecnológica e a exigência de salvaguardar o trabalho humano; entre o crescimento econômico e a compatibilidade ambiental do desenvolvimento.

Na busca de soluções para os complexos problemas do trabalho, cientistas e homens de cultura são chamados para oferecerem seus contributos, que são importantes para a escolha de soluções justas. Contudo, cabe a eles o grave dever de ler e interpretar os fenômenos sociais com inteligência e amor pela verdade, sem preocupações ditadas por interesses de grupo ou pessoais.

Os desequilíbrios econômicos e sociais existentes no mundo do trabalho devem ser enfrentados restabelecendo a justa hierarquia dos valores e pondo em primeiro lugar a dignidade da pessoa que trabalha e sua liberdade. E somente pela solidariedade se garante que as pessoas e os povos não se tornem instrumentos, mas sigam sendo protagonistas do seu futuro. O trabalho globalizado não deve impedir que o homem progrida na compreensão, cada vez maior, da sua vocação unitária e solidária.

A universalidade é uma dimensão do homem, não das coisas. A técnica poderá ser a causa instrumental da globalização, mas é a universalidade da família humana a sua causa última. Portanto, também o trabalho tem uma dimensão universal própria, na medida em que se funda no relacionamento humano.

Na época da globalização se deve ressaltar com força a solidariedade entre as gerações. É conveniente que tal solidariedade continue a ser buscada nas comunidades políticas nacionais, mas hoje o problema se põe também para a comunidade política global, para que a mundialização não se realize em detrimento dos mais necessitados e dos mais fracos. A solidariedade entre as gerações requer que se aja de acordo com o princípio da destinação universal dos bens, que torna moralmente ilícito e economicamente contraproducente descarregar os custos atuais nas gerações vindouras.

O SISTEMA FINANCEIRO INTERNACIONAL

Os mercados financeiros não são certamente uma novidade da nossa época. Se, por um lado, a criação daquilo que se tem definido como o “mercado global dos capitais” produziu efeitos benéficos, graças ao fato de que a maior mobilidade dos capitais consentiu às atividades produtivas alcançar mais facilmente a disponibilidade de recursos, por outro lado, a maior mobilidade também aumentou o risco de crises financeiras. O desenvolvimento da atividade financeira, cujas transações superaram sobejamente, em volume, as transações reais, corre o risco de seguir uma lógica voltada sobre si mesma, sem conexão com a base real da economia.

Uma economia financeira cujo fim é ela própria está destinada a contradizer as suas finalidades, pois que se priva das próprias raízes e da própria razão de ser. Os processos de inovação e de desregulamentação dos mercados financeiros tendem, de fato, a consolidar-se somente em algumas partes do globo. Isto é fonte de graves preocupações de natureza ética, porque os países excluídos não estão protegidos de eventuais consequências negativas da instabilidade financeira sobre os seus sistemas econômicos reais.

Perante a globalização, a perda de centralidade dos atores estatais deve coincidir com um maior empenho da comunidade no exercício de um decidido papel de orientação econômica e financeira. Por causa dos novos liames entre os operadores globais, as tradicionais medidas defensivas dos Estados parecem condenadas ao insucesso e é passado ao segundo plano a própria noção de mercado nacional. Quanto mais o sistema econômico-financeiro mundial alcança níveis elevados de complexidade organizativa e funcional, tanto mais se impõe como prioritária a tarefa de regular tais processos, orientando-os à consecução do bem comum da família humana.

Também a política, a par da economia, deve saber estender o próprio raio de ação para além dos confins nacionais à luz de parâmetros não só econômicos, mas também morais. O objetivo de fundo será o de guiar tais processos assegurando o respeito da dignidade do homem e o desenvolvimento completo da sua personalidade, no horizonte do bem comum. O desenvolvimento econômico, efetivamente, pode ser duradouro somente na medida em que se desdobra no interior de um quadro claro e definido de normas e de um amplo projeto de crescimento moral, civil e cultural de toda a família humana.

Por fim, a solidariedade também se aplica às economias deficitárias dos países pobres. Tais crises econômicas têm, na sua origem, causas complexas e de vários gênero, seja de caráter internacional (flutuações de câmbios, especulações financeiras, neocolonialismo econômico); seja no interior de cada um dos países endividados (corrupção, má gestão do dinheiro público, uso indevido dos empréstimos recebidos). Os sofrimentos maiores, atribuíveis às questões estruturais, mas também a comportamentos pessoais, atingem as populações dos países endividados e pobres, as quais não têm responsabilidade alguma. A

comunidade internacional não pode ignorar uma semelhante situação: mesmo reafirmando o princípio que o débito contraído deve ser honrado, é preciso encontrar os caminhos para não comprometer o fundamental direito dos povos à subsistência e ao progresso.

A IGREJA E O HOMEM CONTEMPORÂNEO

Vive-se hoje uma nova necessidade de sentido na sociedade contemporânea. Revelam-se árduas as tentativas de responder à exigência de projetar o futuro no novo contexto das relações internacionais, cada vez mais complexas e interdependentes, mas também menos ordenadas e pacíficas. A vida e a morte das pessoas parecem confiadas unicamente ao progresso científico e tecnológico que avança muito mais velozmente do que a capacidade humana de estabelecer os seus fins e avaliar os seus custos. Muitos fenômenos indicam, contudo, que o sentimento de progressiva insatisfação desfaz a ilusão do sonhado paraíso terrestre. E, ao mesmo tempo, vão os homens tomando consciência cada vez mais clara dos direitos invioláveis e universais da pessoa, e vai-se tornando mais viva a aspiração a estreitar relações mais justas e mais humanas.

A Igreja responde sobre o sentido e sobre o fim da aventura humana com o anúncio do Evangelho de Cristo, que assegura a liberdade do homem como nenhuma lei humana pode fazer. A missão da Igreja no mundo contemporâneo consiste em ajudar cada ser humano a descobrir em Deus o significado último da sua existência. Somente Deus satisfaz os desejos mais profundos do coração humano, que nunca se sacia plenamente só com alimentos terrestres. O Evangelho, com efeito, anuncia e proclama a liberdade dos filhos de Deus, rejeita toda a servidão que, em última análise, provém do pecado, respeita escrupulosamente a dignidade da consciência e a sua livre adesão; adverte, sem desfalecimento, que todos os talentos humanos devem frutificar ao serviço de Deus e para o bem da humanidade e, finalmente, confia cada um ao amor de todos.

A CONDENAÇÃO AO TERRORISMO

O terrorismo é uma das formas mais brutais de violência que atualmente assola a Comunidade Internacional: semeia ódio, morte, desejo de vingança e de represália. De estratégia subversiva típica de organizações extremistas, ordenada à destruição das coisas e à morte de pessoas, o terrorismo se transformou em uma rede obscura de cumplicidades políticas. O terrorismo vale-se frequentemente de enormes recursos financeiros e elabora estratégias de vasta escala, atingindo pessoas totalmente inocentes. Alvos dos ataques terroristas são, em geral, os lugares da vida cotidiana e não objetivos militares no contexto de uma guerra declarada. O terrorismo atua e ataca no escuro, fora das regras e, por isso, a luta contra o terrorismo pressupõe o dever moral de contribuir para criar as condições a fim de que esse não nasça ou se desenvolva.



Ação terrorista que derrubou as Torres Gêmeas no dia 11 de setembro de 2001

Por desprezar a vida humana, o terrorismo deve ser condenado e nenhuma motivação pode justificá-lo, pois que o homem é sempre fim e nunca meio. A colaboração internacional contra a atividade terrorista não pode exaurir-se meramente em operações repressivas e punitivas. É essencial que o recurso necessário à força seja acompanhado por uma análise corajosa e lúcida das motivações subjacentes aos ataques terroristas.

É necessário também um particular empenho no plano político e pedagógico para revolver os problemas que, em algumas dramáticas situações, possam alimentar o terrorismo: o recrutamento dos terroristas, de fato, é mais fácil em contextos sociais onde os direitos são espezinhados e as injustiças longamente toleradas.

É profanação e blasfêmia proclamar-se terrorista em nome de Deus. Neste caso, se instrumentaliza também a Deus e não apenas o homem, enquanto se presume possuir totalmente a Sua verdade ao invés de procurar ser possuído por ela. Definir mártires aqueles que morrem executando atos terroristas, é distorcer o conceito de martírio, que é testemunho de quem se deixa matar por não renunciar a Deus e não de quem mata em nome de Deus.

ATIVIDADES

1. Quais os benefícios da globalização?
2. Quais os riscos da globalização?
3. Qual o foco que deve ser mantido perante toda mudança nas dinâmicas econômicas e sociais? Explique.
4. Qual a importância da solidariedade para o mundo moderno?
5. Por que o mundo de hoje parece não fazer sentido?



AULA 28

ESPIONAGEM: A STASI



Guerra Fria também foi uma guerra de espionagem. A necessidade de antever o movimento inimigo enquanto combatia as influências opositoras e os infiltrados em seu próprio território gerou um clima global de receio e desconfiança.

Após a construção do Muro de Berlim (1961), o contato entre a população da Berlim Ocidental com a Oriental foi dificultado, pois a fiscalização interna e o policiamento em toda a extensão do muro era rígido. Ao todo, 140 alemães morreram tentando atravessar o muro entre 1961 e 1989.



Bandeira da Stasi

A Alemanha Oriental, ou a República Democrática Alemã (RDA), possuía um único partido, o Partido Socialista Unificado (*Sozialistische Einheitspartei Deutschlands*, SED), que tinha o controle total da política, da economia, das forças armadas e do serviço secreto. Sob o comando da SED, havia a Stasi, a polícia secreta e inteligência da RDA.

Todas as contratações da Stasi passavam antes pela KGB, a polícia secreta russa, e seus membros ganhavam até quatro vezes mais que os trabalhadores comuns.



Símbolo da KGB

Entre 1957 e 1989, Erich Mielke presidiu a Stasi e elevou a novos níveis as capacidades da polícia secreta. Em dados de 1989, um quarto das lideranças na Alemanha Ocidental era de infiltrados da Stasi. Com 12 mil infiltrados no exterior, a Stasi roubava segredos industriais e políticos do Ocidente.

Desde a invasão da Stasi em janeiro de 1990, ainda não terminaram de colar os documentos que tentaram inutilizar. São 111 quilômetros de prateleiras e 41 milhões de cartas de informação, que foram salvos pela população que impediu a queima de arquivos.

A espionagem não operava somente contra o Ocidente, mas contra todos da porção oriental. Ela era uma força contra todos que demonstrassem

resistência e oposição às autoridades, que fossem à igreja, que tivessem parentes no Ocidente ou vontade de viajar. Em relação à sua população e tamanho do país, a Stasi era o maior serviço secreto do mundo e um dos mais eficientes.

A perseguição era tanta que houve um aumento em casos de depressão e suicídio na população. Dentre os diversos métodos da espionagem soviética, segue os principais: espionagem de correspondências; invasão de apartamentos; disseminação de mentiras sobre os inimigos; destruição de reputações; destruição de amizades entre famílias suspeitas; e isolamento dos suspeitos.

Seu maior objetivo era colocar cidadão contra cidadão. Os suspeitos tinham recompensas altas por suas cabeças; esperava-se que fosse comprovado algo contra eles. No comunismo, todos eram inimigos de todos.

ESPIONAGEM: UNIÃO SOVIÉTICA

No ano de 1954 fundou-se na Rússia a KGB (*Komitet Gosudarstvennoy Bezopasnosti*), o Comitê de Segurança do Estado, que substituía uma série de polícias secretas e grupos de espionagem que existiam na Rússia desde os primeiros dias do governo dos bolcheviques em 1917. A KGB destaca-se por ter sido a mais duradoura e a de maior influência no século XX.

Criada para ser “a espada e o escudo do Partido Comunista”, a KGB era controlada pelos políticos dos mais altos cargos da União Soviética. E como só havia um único partido, o Partido Comunista, com milhões de membros, pode-se dizer que o Estado comunista russo foi criado sobre um sistema de espionagem e falsificação de documentos.

Além de operar de forma semelhante à Stasi alemã, a KGB criou dois sistemas para manipular as informações e justificar suas prisões e alavancar seus líderes. São eles a “*glasnost*” e os “enquadramentos”.

“ENQUADRAMENTOS”

São chamados de “enquadramentos” as operações de difamação de um adversário através da divulgação de documentos falsos criados pela inteligência russa e distribuídos pela rede de propagandas do partido, não somente dentro da Rússia como para todo o mundo, visando justificar suas perseguições. É, na prática, a criação de um novo passado para o indivíduo, no qual ele será acusado nos tribunais.

O “enquadramento” mais notório foi feito contra o Papa Pio XII, na tentativa de acusá-lo como o “Papa de Hitler”. Tal anúncio foi feito em Moscou, em 1945. A ação comunista, contudo, teve pouco impacto internacional, pois o próprio Papa, dias antes do seu enquadramento, havia feito um pronunciamento condenando o nazismo, além de ter sido reconhecido pela comunidade judaica pela ajuda que deu aos judeus, seja escondendo-

os ou ajudando-os a escaparem da sua condenação. A fama positiva do Papa era grande demais para que a falsificação russa encontrasse espaço no Ocidente.

Tendo perdido a batalha contra Pio XII, Stalin voltou sua operação aos cardeais influentes nos países-satélites da União Soviética. Uma das vítimas foi o cardeal croata Alojzije Stepinac, que era um duro crítico do nazifascismo e do comunismo por ambos destruírem igrejas por onde passassem. Diversos documentos falsos acusando Stepinac de atuar contra o seu povo foi forjado, mas novamente sua fama era maior que a força dos ataques que sofria.

Por volta de 1960, após a morte do cardeal e do Papa, seus enquadramentos passaram a fazer efeito. Pesquisadores da nova geração encontraram diversos documentos falsificados pelos soviéticos e começaram a montar novas “biografias” a partir deles, como se desvendassem um passado sombrio do alto escalão do Vaticano. Bem mais tarde, em 1999, outro historiador terá acesso aos documentos e continuará a divulgá-los como verdadeiros, espalhando a mensagem de que o Papa Pio XII havia ajudado Hitler. Mas o que se descobriu recente foi que o governo croata da época era regido por comunistas que propositalmente entregaram os documentos falsos aos historiadores. Contudo o estrago foi feito, e muitos das novas gerações, que não viveram os anos da Guerra Fria, aceitam os enquadramentos como verdadeiros.

“GLASNOST”

A “*Glasnost*”, por sua vez, é a ação contrária. Segundo o dicionário russo oficial de 1930, Glasnost tem o seguinte significado: “A característica de ter se tornado acessível à discussão pública ou manipulação”. Ou seja, é uma velha palavra russa que se refere ao polimento da imagem de um líder para que seus males sejam escondidos e sua figura exaltada.

Um exemplo da prática pode ser visto na pessoa de Nicolae Ceausescu (1918-1969), ditador romeno. Ceausescu foi apresentado ao Ocidente como um comunista aberto e ocidentalizado, e por apresentar interesse pela cultura americana, rapidamente se tornou querido. Parabenizado por dois presidentes americanos, pela Rainha Elizabeth II e por diversos outros líderes ocidentais, o ditador foi tratado como moderado.



Nicolae Ceausescu e o culto à personalidade que impôs na Romênia

Mas o que o “bom comunista” escondia é que na Romênia ele realizou um extermínio contra as crianças órfãs e debilitadas do país e mandou matar os jornalistas que atuavam nas rádios que o criticavam. Em dezembro de 1989, um levante popular contra o tirano causou a morte de mil romenos, mas mesmo assim cantaram vitória por terem tido sucesso ao eliminar o ditador e sua esposa.

Ao mesmo tempo, a Rússia apresentava ao mundo o novo rosto do seu “bom comunista”: Mikhail Gorbachev.

A “Glasnost”, entretanto, não ficou exclusiva à imagem das pessoas e foi praticada em países inteiros. Na década de 1950, a Albânia se afastou da União Soviética e se ligou à China e à Iugoslávia, dois países antes aliados à Rússia que apresentavam o desejo de cisma com Moscou para a busca de políticas mais moderadas.

Esses países, apesar de sofrerem ataques dos soviéticos em pronunciamentos e documentos, nunca romperam de fato suas relações comerciais com a URSS, pelo contrário, muitos acordos foram atualizados e existiram até a década de 1980. Mas naquele momento, após a morte de Stalin, a saída de países da URSS sem retaliações aparentava uma face boazinha para Nikita Khrushchev.

Para os três países de aparência dissidente, o Ocidente ofereceu ajuda, tanto em dinheiro quanto em tecnologias, acreditando que se tornariam democráticos e enfraqueceriam as forças soviéticas. Mas eram falsos cismas. Assim que receberam a ajuda retornaram ao seio da União Soviética. O próprio Josip Broz Tito (1892-1980), líder da Iugoslávia, aparentava ser um forte dissidente da centralização do comunismo em Moscou, mas na década de 1970, viajou várias vezes à Rússia e foi até condecorado pelos soviéticos. Tudo era “*Glasnost*”, tudo era mentira.

OS ESTADOS UNIDOS NA GUERRA FRIA

Na década de 1950, nos últimos anos do governo de Harry Truman, o medo do avanço “vermelho” assolava o governo e a população norte-americana. Apesar das políticas de repressão e contenção dos comunistas internos, agentes infiltrados foram encontrados no alto escalão político e investigativo dos EUA.

Perante a situação, o senador do estado de Wisconsin, Joseph McCarthy (1908-1957) começou uma cruzada anticomunista no país, denunciando uma lista de nomes de supostos infiltrados em diversos setores da sociedade. Várias de suas acusações jamais foram provadas, mas a capitalização do medo deu certo e o começo da década foi marcada pelo chamado Macarthismo, um período de perseguição aos comunistas dentro dos Estados Unidos. A fama do senador cresceu até que fosse finalmente censurado pelo próprio Senado.

Dentre os banidos dos EUA está Charles Chaplin, acusado de envolvimento com o comunismo. A acusação, contudo, nunca se comprovou, até porque, seu filme “O Grande Ditador”, de 1940, foi banido na União Soviética por Stálin.

Também é verdade que durante a Guerra Fria os Estados Unidos desfrutaram de muitas décadas de sucesso econômico, que consolidou o “American Way of Life”, ou o “sonho americano”, que anunciava o país como o mais próspero economicamente e onde se encontrava a possibilidade de viver uma vida familiar feliz, com alto poder de compras, elevado índice de nascimentos e com as melhores tecnologias da época.

Tal crescimento econômico se manteve possível ao longo dos anos devido à integração das mulheres no mercado de trabalho o que fez com que aumentasse a rotatividade do mercado.



Ronald Reagan

Na década de 1980, Ronald Reagan (1911-2004), com seu duplo mandato, assumiu uma política de corte de gastos e de impostos para reaquecer o mercado após as duas crises do petróleo decorrente das guerras no Oriente Médio. O enxugamento do Estado permitiu uma forte recuperação da economia, com uma queda da inflação e do desemprego, contudo, com o governo recebendo menos dinheiro, sua dívida externa cresceu. Além disso, o corte de gastos do governo afetou escolas públicas, moradias e distribuição de alimento para os pobres, hospitais públicos, seguros de saúde e ajuda às crianças com necessidades especiais.

Essa opção de governo, iniciado por Reagan nos EUA e por Margareth Thatcher na Inglaterra, deu início ao neoliberalismo. Este é a abertura das portas para o livre mercado e livre uso do capital internacional, que tira a responsabilidade do Estado em diversos setores e a entrega para as iniciativas privadas. Uma política que logo influenciaria o mundo todo.

A QUEDA DA URSS

Durante o governo de Mikhail Gorbachev (1931-2022), a política de abertura enfraqueceu a rigidez da polícia soviética na fronteira com a Alemanha Ocidental. O que ocorreu em seguida, e que era esperado por alguns membros elevados do partido, foi a queda do Muro de Berlim e a reunião da Alemanha no que veio a ser a República Federativa Alemã. E como vimos, a Stasi já estava presente e atuante no lado liberal

capitalista e continuou atuando por uma política socialista na Alemanha, mas, agora, em direção a um novo tipo de socialismo.

Enquanto se intensificava os ataques contra a identidade soviética autoritária, a nova face do socialismo foi aceita dentro de todas as democracias modernas. Algo previsto já no século XIX por intelectuais que presenciaram os esboços e surgimentos das políticas atuais.

Com os ideais comunistas espalhados por todo o mundo graças às ações da espionagem e da propaganda da Rússia e da China, não era mais necessário manter uma divisão física entre os dois lados. A União Soviética, após seu fracasso na economia, poderia lucrar em uma aliança com o mercado global ao mesmo tempo que deixava de ser tratada como a vilã da História recente.

O avanço do eurocomunismo desde a década de 1960 já vinha preparando o território para a abertura política da União Soviética. A função principal dos partidos socialistas na Europa era de acalmar o mundo ocidental perante o socialismo e aceitá-lo sem divergências extremas. E assim, a URSS caiu quando o mundo estava pronto para abraçá-la.

A queda do Muro de Berlim, em 1989, encontrou pouca resistência do lado comunista. Foi o marco para o fim da Cortina de Ferro e a transição para um governo de aberturas. Quando Gorbachev desfez o Pacto de Varsóvia em 1991, os movimentos da velha elite soviética contra ele foram amenos, quase que como um teatro, mas o suficiente para validar para o Ocidente a nova abertura russa contra o velho regime opressor. Em seguida a União Soviética estava desfeita, dando origem à Rússia como a conhecemos hoje. Mas apesar da grande perda do seu território, seu legado, hoje, possui alcance mundial.



A queda do Muro de Berlim

ATIVIDADES

1. Por qual motivo a espionagem foi tão exaltada durante a Guerra Fria?
2. Quais eram as técnicas para evitar a presença de infiltrados em seu território?
3. De que maneira o passado se tornou manipulável pela KGB?
4. O que explica o crescimento econômico americano da segunda metade do século XX?

Por que o fim da União Soviética não foi necessariamente o fim do modelo comunista?



AULA 30

O RETO PAPEL DAS EMPRESAS



empresa deve caracterizar-se pela capacidade de servir o bem comum da sociedade mediante a produção de bens e serviços úteis. Procurando produzir bens e serviços em uma lógica de eficiência e de satisfação dos interesses dos diversos sujeitos implicados, ela cria riqueza para toda a sociedade: não só para os proprietários, mas também para os outros sujeitos interessados na sua atividade. Além de tal função tipicamente econômica, a empresa cumpre também uma função social, criando oportunidades de encontro, de colaboração, de valorização das capacidades das pessoas envolvidas. Na empresa, portanto, a dimensão econômica é condição para que se possam alcançar objetivos não apenas econômicos, mas também sociais e morais, a perseguir conjuntamente.

A empresa não pode ser considerada apenas como uma “sociedade de capitais”; é simultaneamente uma “sociedade de pessoas”, da qual fazem parte, de modo diverso e com específicas responsabilidades, quer aqueles que fornecem o capital necessário para a sua atividade, quer aqueles que colaboram com o seu trabalho.

Nem sempre o lucro indica que a empresa está servindo adequadamente a sociedade. É possível, por exemplo, que a contabilidade esteja em ordem e simultaneamente os homens, que constituem o patrimônio mais precioso da empresa, sejam humilhados e ofendidos na sua dignidade. É o que acontece quando a empresa está inserida em sistemas socioculturais caracterizados pela exploração das pessoas, inclinados a fugir às obrigações de justiça social e a violar os direitos dos trabalhadores.

Se na atividade econômica e financeira a busca de um lucro equitativo é aceitável, o recurso à usura é moralmente condenado: Todo aquele que em seus negócios se der a práticas usurárias e mercantis que provocam a fome e a morte de seus irmãos, comete indiretamente um homicídio, que lhe é imputável. Tal condenação estende-se também às relações econômicas internacionais, especialmente na aplicação de sistemas financeiros abusivos em países menos avançados. A prática da usura é uma chaga que ainda nos nossos dias é uma realidade vil, capaz de aniquilar a vida de muitas pessoas.

Entre a relação entre as empresas, um verdadeiro mercado concorrencial é um instrumento eficaz para alcançar importantes objetivos de justiça: moderar os excessos de lucros das empresas singulares; responder às exigências dos consumidores; realizar uma

melhor utilização e economia dos recursos; premiar os esforços empresariais e a habilidade de inovação; fazer circular a informação, em modo que seja verdadeiramente possível confrontar e adquirir os produtos em um contexto de saudável concorrência.

O mercado assume uma função social e relevante nas sociedades contemporâneas, por isso, é importante individuar as potencialidades mais positivas e criar condições que permitam a sua concreta expansão. Todavia a liberdade, no âmbito econômico, deve ser regulada por um apropriado quadro jurídico tal a colocá-la a serviço da liberdade humana integral: a liberdade econômica é apenas um elemento da liberdade humana. Quando aquela se torna autônoma, isto é, quando o homem é visto mais como um produtor ou um consumidor de bens do que como um sujeito que produz e consome para viver, então ela perde a sua necessária relação com a pessoa humana e acaba por alienar e oprimir.

A GLOBALIZAÇÃO

O nosso tempo é marcado pelo complexo fenômeno da globalização econômico-financeira, isto é, um processo de crescente integração das economias nacionais, no plano do comércio de bens e serviços e das transações financeiras, no qual um número sempre maior de operadores assume um horizonte global pelas opções que deve efetuar em função das oportunidades de crescimento e de lucro. O novo horizonte da sociedade global não é dado



MacDonalds em São Petersburgo, representando os efeitos da globalização

simplesmente pela presença de liames econômicos e financeiros entre atores nacionais atuantes em países diversos, que, ademais, sempre existiram, quanto principalmente pelo caráter invasivo e pela natureza absolutamente inédita do sistema de relações que se está desenvolvendo. Torna-se cada vez mais decisivo e central o papel dos mercados financeiros, cujas dimensões, em seguida à liberalização das trocas e à circulação dos capitais, cresceram enormemente com uma velocidade impressionante, a ponto de consentir aos operadores transferir ‘em tempo real’ de uma parte a outra do globo, capitais em grande quantidade. Trata-se de uma realidade multiforme e não simples de decifrar, dado que se desenrola em vários níveis e evolui constantemente, ao longo de trajetórias dificilmente previsíveis.

Essa globalização alimenta novas esperanças, mas também suscita interrogações inquietantes. Ela pode produzir efeitos potencialmente benéficos para a humanidade inteira: entrelaçando-se com o impetuoso desenvolvimento das telecomunicações, o

percurso de crescimento do sistema de relações econômicas e financeiras tem consentido simultaneamente uma notável redução nos custos das novas tecnologias, bem como uma aceleração no processo de extensão em escala planetária dos intercâmbios comerciais e das transações financeiras. Em outras palavras, aconteceu que os dois fenômenos, globalização econômico-financeira e progresso tecnológico têm se reforçado reciprocamente, tornando extremamente rápida a dinâmica completa da atual fase econômica.

Analisando o contexto atual, além de divisar as oportunidades que se abrem na era da economia global, se percebem também os riscos ligados às novas dimensões das relações comerciais e financeiras. Não faltam, efetivamente, indícios reveladores de uma tendência ao aumento das desigualdades quer entre países avançados e países em via de desenvolvimento, quer no interior dos países industrializados. À crescente riqueza econômica possibilitada pelos processos descritos, acompanha um crescimento da pobreza relativa.

O desafio, em suma, é o de assegurar uma globalização na solidariedade, uma globalização sem marginalização. O próprio progresso tecnológico arrisca repartir iniquamente entre os países os próprios efeitos positivos. É evidente que, em presença de fortes disparidades entre os países no acesso aos conhecimentos técnico-científicos e aos mais recentes produtos tecnológicos, o processo de globalização acaba por alargar, ao invés de reduzir, as distâncias entre os países em termos de desenvolvimento econômico e social. Dada a natureza das dinâmicas em curso, a livre circulação de capitais não é de per si suficiente para favorecer a aproximação dos países em via de desenvolvimento em relação aos mais avançados.

Uma solidariedade adequada à era da globalização requer a defesa dos direitos humanos. Contudo, a perspectiva duma autoridade pública internacional ao serviço dos direitos humanos, da liberdade e da paz, não só não se realizou ainda inteiramente, mas há que registrar a hesitação bastante frequente da comunidade internacional no seu dever de respeitar e aplicar os direitos humanos. Este dever engloba todos os direitos fundamentais, não permitindo escolhas arbitrárias que conduziram a formas reais de discriminação e de injustiça. Ao mesmo tempo, somos testemunhas dum fosso preocupante que se vai alargando entre uma série de novos “direitos” promovidos nas sociedades tecnologicamente avançadas e os direitos humanos elementares que ainda não são respeitados sobretudo em situações de subdesenvolvimento.

Uma economia financeira, cujo fim é ela própria, está destinada a contradizer as suas finalidades, pois que se priva das próprias raízes e da própria razão constitutiva, ou seja, do seu papel originário e essencial de serviço à economia real e, ao fim e ao cabo, de desenvolvimento das pessoas e das comunidades humanas. É indispensável introduzir um quadro normativo que consinta tutelar tal estabilidade em todas as suas complexas articulações, promover a concorrência entre os intermediários e assegurar a máxima transparência em benefício dos investidores.

O ESTADO E AS EMPRESAS

A ação do estado e dos outros poderes públicos deve conformar-se com o princípio da subsidiariedade para criar situações favoráveis ao livre exercício da atividade econômica; esta deve inspirar-se também no princípio de solidariedade e estabelecer os limites da autonomia das partes para defender as partes mais frágeis.

O Estado tem também o direito de intervir quando situações particulares de monopólio criem atrasos ou obstáculos ao desenvolvimento. Mas, além destas tarefas de harmonização e condução do progresso, pode desempenhar funções de suplência em situações excepcionais.



As “Big Techs”, empresas atuais que possuem o monopólio das tecnologias digitais

A tarefa fundamental do Estado em âmbito econômico é o de definir um quadro jurídico apto a regular as relações econômicas, com a finalidade de salvaguardar as condições primárias de uma livre economia, que pressupõe uma certa igualdade entre as partes, de modo que uma delas não seja de tal maneira mais poderosa que a outra que praticamente a possa reduzir à escravidão.

Na história moderna encontramos uma busca de balanço entre o Estado e as empresas privadas. De um lado, o liberalismo defende o livre-mercado autônomo, sem a intervenção do Estado; enquanto o comunismo centraliza toda a economia no Estado, extinguindo a ação privada. No meio termo encontramos a social-democracia, defendendo a regulamentação das empresas através do Estado. Mas será que essas questões se aplicam atualmente?

O que se vê na atualidade, no século XXI, é uma situação em que o Estado e os monopólios privados se fundiram, ficando difícil até mesmo determinar onde um começa e o outro acaba.

Nos últimos anos, principalmente em meio à chamada pandemia do COVID-19, vimos o Estado agindo de maneira punitiva contra aqueles que questionavam as ações e os produtos das grandes empresas farmacêuticas. Desde então, vivemos em um constante estado de exceção que justifica a perseguição de indivíduos por motivos diversos, e ao mesmo tempo de difícil identificação, causando um sentimento geral de receio quanto ao uso da internet e das redes sociais para a livre manifestação de ideias e questionamentos.

À essa atual situação, o norte-americano Samuel Todd Francis deu o nome de Anarco-Tirania: o que temos hoje é tanto a anarquia, na incapacidade do Estado de aplicar suas leis contra verdadeiros criminosos, e, ao mesmo tempo, a tirania, feita pelo aumento do número de leis opressivas que punem os inocentes por meio de taxas exorbitantes, regulamentações burocráticas, invasão da privacidade, e também por meios de instituições de engenharia social que afrontam a família e a religião nas escolas infantis. Também sentimos o aumento das leis que criminalizam a opinião, os tais “crimes de ódio” e o

“negacionismo”, que são imputados a quem questiona os padrões determinados pelas grandes empresas e pelo Estado, enquanto o país continua com um número altíssimo de assassinatos anualmente e saneamento básico limitado à apenas metade da população.



Logo do MEC (Ministério da Educação) que impõe a padronização da educação no Brasil

Enquanto o Estado segue funcionando normalmente, os crimes violentos seguem constantes, criando um clima de medo em toda a população, clima que agora se estende às redes sociais, onde palavras proferidas por pessoas comuns e inocentes levam a ações do Estado, como bloqueamento de bens, prisão preventiva e investigação da vida privada, raramente vistas sendo aplicadas em assassinos, traficantes ou líderes de facções criminosas. Tais punições e sanções também se aplicam às famílias que se negam a adequar seus filhos ao sistema educacional padronizado pelo Estado e suas políticas sociais subversivas, que envolve a pesquisa patrocinada por grandes conglomerados internacionais.

Para Francis, a solução para essa questão não está na política, nem mesmo na rejeição, por meio do voto, dos políticos envolvidos com corrupções ou ações tiranas, mas no retorno do poder às mãos dos cidadãos por meio da descentralização do poder.

ATIVIDADES

1. Quais os benefícios que podemos atrelar à globalização?
2. Quais os malefícios vinculados com a globalização?
3. Quais parâmetros seriam ideais para regular uma empresa?
4. Como a centralização do poder político afeta a vida do cidadão comum hoje em dia?



AULA 36

DE 1961 A 1964

Por trás do presidente, Tancredo e Brizola brigavam pelo protagonismo ideológico. Lidando com ambos, Jango anunciou seu plano de Reforma de Base (conhecido depois como Plano Trienal) prometendo mudanças gerais na política e na economia. Mas quando insistiu em fazer uma reforma agrária sem indenizar as terras desapropriadas, o governo voltou-se à esquerda e Tancredo pediu demissão. Era junho de 1962. E a instabilidade política fez a inflação subir a 50%.

Também em 1962 começaram a surgir os sindicatos rurais junto da crescente atuação dos soviéticos na América Latina. Francisco da Rocha, aliado de Brizola, tornou-se o novo Primeiro-Ministro e o 13º salário foi anunciado para acalmar os sindicatos. Mas o novo pagamento prejudicou a economia diretamente e no mesmo ano o gabinete foi refeito com Hermes Lima assumindo como Primeiro-Ministro.

No início de 1963, um plebiscito foi feito para decidir se o Brasil seguiria parlamentarista ou se retornaria ao presidencialismo. Este último foi preferido e o presidente voltou com total poder sobre o Executivo. A esquerda mais radical perdeu com a decisão, pois Jango voltou a agradar o centro e a se aproximar dos Estados Unidos na busca de estabilidade econômica. Os projetos mais radicais, como a reforma agrária, foram barrados no Congresso, mesmo assim, os empresários temiam o avanço socialista do governo.

A resposta da esquerda foi unir os sindicatos com os movimentos estudantis (UNE). E a situação se agravou quando Lacerda deu uma entrevista a um jornalista americano atacando as políticas de Jango e a complacência dos militares com o crescente aumento da influência soviética no país.

Perante o escândalo, Brizola pressionou Jango a decretar estado de sítio, acusando a oposição de se tornar extrema e perigosa. Contra a ação, diversas mídias se uniram contra o comunismo e contra Goulart.



Tancredo Neves

Jango finalmente decidiu-se pela extrema-esquerda e em governar junto à Brizola, junto dos partidos de esquerda, PTB, PSB e PCB, junto da Liga Camponesa e da UNE. Em janeiro de 1964, um deputado da UDN acusou o governo de distribuir armas aos camponeses e operários revolucionários, e alertou a população de que uma subversão da ordem logo ocorreria.



João Goulart e Leonel Brizola

Foi quando a UDN e partidos menores de direita e centro-direita se uniram para pedir o impeachment de Jango e organizaram a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que colocou nas ruas de São Paulo meio milhão de pessoas, e um milhão e meio em todo o país.

Na verdade, a influência sindical na vida política era artificial, pois a própria classe operária não estava alinhada aos sindicatos. A sensação era de uma grande força da esquerda no país, mas na prática era somente uma elite partidária que atuava nas decisões políticas. Por isso, pela falta de apoio popular, Jango foi ao Rio Grande do Sul para organizar uma resistência junto de Brizola.

Mas o que aconteceu foi que no dia 2 de abril, a vaga da presidência foi considerada vacante pelo Congresso. O que foi um golpe, pois o presidente estava em solo nacional, mas foi um golpe com amplo apoio popular. Enquanto isso, o exército, liderado por Olympio Mourão Filho, iniciava o processo de deposição de Jango.

O presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli, assumiu como chefe do Estado, e em duas semanas o Congresso elegeu o Marechal Castelo Branco como presidente da República, dando fim ao mandato de Jan-Jan.

A imprensa, a Igreja Católica, a OAB, a UDN, todos apoiaram a entrada dos militares no governo. Goulart e Brizola decidiram por se exilarem no Uruguai, sem qualquer reação ao golpe.

Os comunistas brasileiros não agiram, pois queriam Brizola e não João Goulart como líder. A inteligência soviética chegou a forjar um documento denunciando o envolvimento da CIA no golpe, mas nunca o nome de um agente foi revelado. Na verdade, os próprios americanos temeram o golpe militar brasileiro e retiraram diversos americanos do Brasil.

O REGIME MILITAR

Os generais montaram o Comando Revolucionário para governarem acima da Constituição. Logo em abril de 1964, tomaram a primeira decisão supraconstitucional, o Ato Institucional 1 (AI-1). Esse Ato permitiu a cassação de mandatos considerados subversivos, ou seja, daqueles ligados ao comunismo. Além disso, também decretou

eleições indiretas para o próximo presidente. Foi assim que o Marechal Castelo Branco (1897-1967) assumiu a presidência.

Na lista de políticos cassados encontra-se Jânio Quadros, Luís Carlos Prestes, João Goulart, Brizola, Francisco Julião, oficiais das forças armadas, líderes sindicais e de organizações vinculadas à esquerda.

Todos esperavam que o governo militar fosse de curta duração, apenas o suficiente para suprimir os revolucionários violentos e a corrupção política. Era esperada a volta das eleições diretas dali a seis meses com Lacerda e JK concorrendo. Mas uma ala mais radical do Exército, conhecida como “Linha Dura”, discordava da ideia de devolver o poder aos civis. Lacerda rapidamente percebeu que o governo militar estava para se tornar uma longa ditadura. E em julho, uma emenda constitucional estendeu o governo de Castelo Branco até 1966.



Castelo Branco



Movimento Diretas-Já

Os anos entre 1964 e 1966 foram marcados por diversos atentados a bomba da extrema-esquerda. Ações armadas revolucionárias eram organizadas por Leonel Brizola e contava com vários militares. No Rio de Janeiro, uma bomba explodiu no Cine Bruni-Flamengo; depois um atentado a bomba contra o jornal O Estado de São Paulo; e em Recife, um ataque tinha como alvo o candidato à presidência da República Marechal Artur da Costa e Silva.

Em 1965 foi feito o AI-2 para atender às eleições estaduais. Com ele foram permitidos somente dois partidos no país, o Arena (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro); e as eleições seriam de forma indireta, onde somente um Colégio Eleitoral, composto por membros do Congresso e por representantes dos governos estaduais, poderia votar.

O AI-2 abalou o próprio meio militar. A ala ligada à Castelo Branco, que não se identificava com a Linha Dura, não queria impor uma ditadura militar no país. Nesse momento a mídia e a população também tiraram seu apoio ao governo. Toda essa indignação se encontrava no MDB, que apesar de permitido, fazia duras críticas ao regime.

Tentando frear o avanço da Linha Dura, Castelo Branco fez o AI-3 e o AI-4. O AI-3 entregou a escolha dos governadores estaduais para o Colégio Eleitoral, e o AI-4 foi uma nova Constituição, a de 1967, que incorporou nela os Atos anteriores e deu regras e limites ao regime.

Internacionalmente, o Brasil se aproximou dos Estados Unidos, facilitou as importações, retomou com o FMI (Fundo Monetário Internacional) e ajudou nas operações na República Dominicana contra o controle comunista na América Latina.

Internamente, o Brasil realizou uma reforma agrária mais moderada, com latifúndios improdutivos sendo comprados pelo governo por títulos da dívida pública; foi criado o FGTS; e começou a circular o cruzeiro novo. Em 1966 a inflação abaixava para 38,8%.

LINHA DURA

Com as eleições de 1966 tudo estava prestes a mudar. A vitória foi do Marechal Artur da Costa e Silva (1899-1969), um militar da Linha Dura. Costa e Silva preencheu os ministérios com militares técnicos e especialistas, seguindo a tecnocracia do positivismo, onde se acreditava que as desavenças políticas podiam ser resolvidas por meio de especialistas, como se a ideologia deles fosse superior às demais. Essa forma de governo também pretende reconstruir a sociedade de cima para baixo a partir de um poder Executivo forte.

Em um primeiro momento a política nacional-desenvolvimentista trouxe melhoras econômicas e investimento na indústria, mas críticos ao governo logo começaram a ser censurados, mesmo não sendo vinculados ao comunismo.

Para cortar os gastos públicos, passou a ser cobrado uma taxa de inscrição para as faculdades públicas e o preço das refeições universitárias também subiu. Isso causou uma revolta estudantil que terminou na morte de um estudante. Seu corpo foi levado em cortejo fúnebre acompanhado por 50 mil pessoas. Em 1968, aconteceu a Passeata dos Cem Mil, envolvendo professores e alunos críticos ao governo.

CICLOS DE VIOLÊNCIA

Leonel Brizola, do Uruguai, continuava a comandar ataques armados no Brasil graças ao patrocínio que recebia de Fidel Castro. Outro atuante da esquerda revolucionária foi Carlos Marighella (1911-1969) que participava da OLAS (Organização Latino-Americana de Solidariedade). A OLAS foi uma organização comunista de guerrilha armada com sede em Cuba que atuava em 22 dos 26 países latino-americanos.

Marighella foi expulso do PCB por ser extremamente violento e achar as ações de Carlos Prestes pacíficas demais. Com seus próprios seguidores, fundou a Aliança Libertadora Nacional (ALN) que seguia as diretrizes do seu próprio livro “Mini manual do Guerrilheiro Urbano”, no qual coloca o risco como necessário para a revolução.

Dos vários grupos revolucionários atuando no Brasil, o ALN foi o mais violento. Outros exemplos são: Comando de Libertação Nacional (COLINA); Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8); Partido Comunista do Brasil (PCdoB); Vanguarda Popular Revolucionária (VPR); Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares); Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT). Seus líderes foram treinados em Cuba ou na União Soviética e não defendiam a democracia, mas uma ditadura subversiva. Dentre os membros desses grupos estão José Dirceu, Dilma Rousseff, Vera Magalhães, Eduardo Jorge, Carlos Lamarca, entre vários outros.

A ação violenta desses grupos causou uma reação também violenta da ditadura militar que ia de exílios, torturas e até a morte dos acusados de participarem nos atos terroristas.

Perante tanta oposição, Costa e Silva decretou o AI-5 (1968), centralizando todo o poder do regime nas mãos do presidente, que adquiria a permissão para fechar os demais poderes e de intervir nos estados e municípios. Foi nesse momento que cresceram as censuras sobre as mídias gerais. A censura, contudo, não era nada profissional e errava o alvo várias vezes, além disso, havia também um certo moralismo, pois muito conteúdo pornográfico se tornou proibido. O AI-5 não foi útil para o combate às milícias, e somente serviu para fortalecer o governo e sua ideologia autoritária.

A esquerda comunista armada perdeu contra o governo militar no Brasil e em boa parte da América Latina, mas uma nova esquerda começou a ganhar espaço: a cultural. Percebendo que a subversão não seria conquistada por meios armados como antes fizera na Rússia, a Escola de Frankfurt e Antônio Gramsci começaram a preparar o caminho para uma subversão intelectual que ganharia espaço entre uma elite especializada que manipulava a própria educação, passando a romper com ideais tradicionais de moral, religião e família.

Uma outra face da nova esquerda que passou a atuar no Brasil foi a Teologia da Libertação, liderada por Frei Beto e, mais tarde, por Leonardo Boff. Enquanto os militares caçavam os revolucionários violentos, a esquerda se infiltrava nas Universidades e na Igreja Católica. Durante os anos de censura, livros subversivos da TL eram publicados normalmente.



GOVERNO DE MÉDICI

Em 1969 começou o governo de Emílio Garrastazu Médici (1905-1985) que seguiu a política de Linha Dura. Contudo, Médici conseguiu angariar popularidade por falar de um retorno à liberdade em seus discursos, por participar de vários eventos esportivos (o governo usou da vitória brasileira na Copa do Mundo de futebol de 1970), e por uma melhora econômica que ocorria em nível global.

Mas apesar de tudo que mostrava, seu governo seguiu autoritário e com o AI-5 em plena potência. Em 1970 foi criado o Centro de Operações para a Defesa Interna (CODI) que atuava junto de vários Departamentos de Operações Internas (DOI). O DOI-CODI, como ficou sendo chamado, operava na investigação, captura e tortura das forças subversivas no país. A prática de tortura pelo governo começou a receber repúdio em nível global. Foi nesse momento que slogans como “Brasil, ame-o ou deixe-o” começaram a circular.

E na economia ocorria o período do “milagre econômico” com a estabilização da inflação em torno dos 20% e de um notável aumento do PIB entre 1968 e 1974. Contudo isso não era sentido pelas classes sociais mais baixas, pois todo investimento era direcionado às estruturas de base, que demoram para gerar resultado.



Médici

GOVERNO DE GEISEL



Geisel

Em 1974, Ernesto Geisel (1907-1996) assumiu a presidência. Geisel marcou o final da Linha Dura e foi visto de forma otimista pela mídia. Na formação do ministério, Geisel escolheu Golbery do Couto e Silva para o Gabinete Civil. Golbery foi o responsável pela política da “Panela de Pressão”, onde ele cedeu as Universidades para a esquerda, na esperança de que essa deixasse as revoltas armadas e se convencesse pelo governo técnico.

O milagre econômico acabou em 1973 quando a guerra de Yom Kippur fez com que o preço do petróleo subisse consideravelmente em todo o Ocidente. A inflação voltou a subir junto da dívida externa. A crise econômica somou-se ao

desgaste do governo e o MDB, o partido de oposição, começou a ganhar espaço no Senado.

Uma continuação da “Panela de Pressão” foi a permissão de greves sindicais, proibidas desde 1964. Uma greve de grande popularidade foi feita em São Bernardo do Campo/SP pelos operários e liderada pelo novo presidente do sindicato: Luís Inácio da Silva, o Lula.

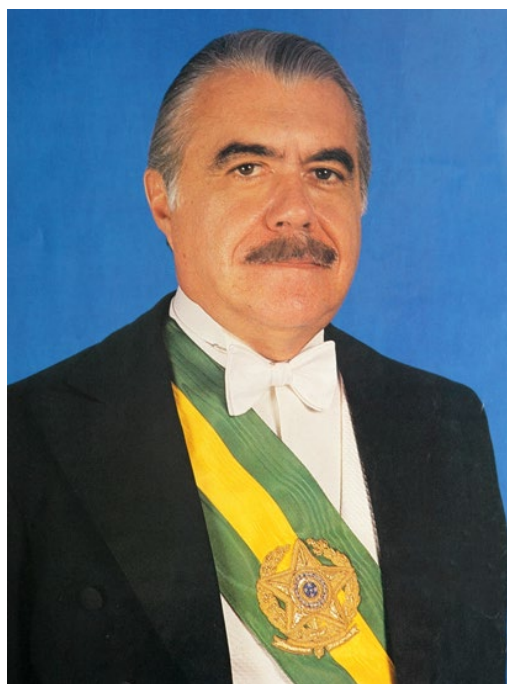
Golbery passou a ser ovacionado pela mídia e no fim do mandato, Geisel revogou o AI-5 e passou a candidatura para João Figueiredo (1918-1999) em 1979.

O ÚLTIMO MILITAR

Figueiredo assumiu para continuar a abertura iniciada por Geisel e, em suas palavras, “fazer desse país uma democracia”. Mas em 1979 ainda outra crise do petróleo assolou o Ocidente com a Guerra do Afeganistão.

O cansaço causado pela censura, autoritarismo e crise econômica fortaleceu a esquerda sindical e intelectual que obteve liberdade para protestar pelo fim da ditadura militar, pela soltura dos presos políticos e pelo retorno dos exilados.

Em agosto daquele ano foi sancionada a Lei da Anistia que beneficiou 4.650 envolvidos em crimes políticos desde 1964. Ainda no mesmo ano foi extinguido o bipartidarismo permitindo a volta do PTB e a criação do PT e do PDT, formado pelo próprio Leonel Brizola.



Sarney como presidente

O ano de 1980 começou com vários atentados a bomba durante meses, mas desta vez seus realizadores foram os militares da Linha Dura que tentavam impedir o retorno do regime democrático e o protagonismo da esquerda. Enquanto a própria esquerda, voltada do exílio, deixava a revolta armada para trás e passava a se portar de maneira política, concorrendo a cargos. É o caso do Brizola, que se tornou governador do Rio de Janeiro.

A esquerda conseguiu ganhar seu espaço de tão grande que estavam os escândalos sobre o próprio regime militar. A inflação chegou à 110% e o PIB caiu. A partir dos anos 80 o governo somente perderia forças.

Em 1983, Dante de Oliveira, do PMDB, pediu na Câmara pela volta das eleições diretas. A Câmara não deu atenção, mas nas ruas comícios e campanhas reuniram centenas de milhares em todo o país unido ao Diretas-Já, que pedia pela volta da democracia. Criou-

se uma crença de que o retorno da democracia seria uma solução para a crise econômica e a esquerda usou disso em suas campanhas.

A esquerda rapidamente tomou o controle das revoltas e assumiu a liderança dos movimentos populares contra o governo militar. O Diretas-Já não teve seu pedido aceito no Congresso, mas tornou-se um símbolo contra a ditadura. Figueiredo apontou Paulo Maluf como seu sucessor, mas o Colégio Eleitoral escolheu seu opositor, Tancredo Neves, que anunciou o advento de uma nova República com eleições diretas.

Contudo, pouco antes da posse, Tancredo veio a falecer e quem assumiu a presidência em 1985 foi José Sarney (1930-), e assim, depois de 21 anos, terminou o regime militar ditatorial brasileiro.

ATIVIDADES

1. Quais os problemas da mentalidade política existente no positivismo militar?
2. Como a esquerda conseguiu sair por cima durante e após o regime militar?
3. Quais fatores colocaram a população em oposição ao regime militar?
4. Qual a importância da economia nas políticas contemporâneas?



Nossa Senhora Auxiliadora, rogai por nós!

Santíssima Virgem Maria a quem Deus constituiu
Auxiliadora dos Cristãos,
nós vos escolhemos como Senhora e
Protetora desta casa.

Dignai-vos mostrar aqui Vosso auxílio poderoso.
Preservai esta casa de todo perigo: do incêndio, da
inundação, do raio, das tempestades,
dos ladrões, dos malfeitores, da guerra e de todas as
outras calamidades que conheceis.

Abençoi, protegei, defendei, guardai como coisa vossa
as pessoas que vivem nesta casa.

Sobretudo concedei-lhes a graça mais importante,
a de viverem sempre na amizade de Deus,
evitando o pecado.

Dai-lhes a fé que tivestes na Palavra de Deus,
e o amor que nutristes para com Vosso Filho Jesus e
para com todos aqueles pelos quais
Ele morreu na Cruz.

Maria, Auxílio dos Cristãos, rogai por todos que
moram nesta casa que Vos foi consagrada.

Amém.